

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

LAILA DANIELE GOMES DE ARAUJO FREIRE

**“PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES”: UMA ANÁLISE SOBRE A
INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS NO PROCESSO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL**

NATAL/RN
2016

LAILA DANIELE GOMES DE ARAUJO FREIRE

**“PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES”: UMA ANÁLISE SOBRE A
INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS NO PROCESSO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL**

Monografia apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de **Bacharel
em Direito** do Centro Universitário do Rio
Grande do Norte - UNI-RN

Orientador(a): Profº Marcelo Mauricio da
Silva

NATAL/RN
2016

Freire, Laila Daniele Gomes de Araujo

Pra não dizer que não falei das flores: uma análise sobre a influência dos movimentos sociais e sindicais no processo de redemocratização do Brasil./ Laila Daniele Gomes de Araujo Freire – Natal, RN, 2016.

53 p.

Orientador: Prof. Marcelo Mauricio da Silva

Monografia (Graduação em Direito) – Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

1. Historia do Direito – Monografia. 2. Direito do Trabalho - Monografia 3. Redemocratização - Monografia. I. Silva, Marcelo Mauricio da. II. Título.

RN/UNI-RN

CDU 34

LAILA DANIELE GOMES DE ARAUJO FREIRE

**PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES: UMA ANÁLISE SOBRE A
INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS NO PROCESSO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL**

Monografia apresentada como requisito
necessário para a obtenção do título de
Bacharel em Direito do Centro Universitário
do Rio Grande do Norte – UNI-RN.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Marcelo Mauricio da Silva
Orientador

Examinador (a) Titular

Examinador (a) Titular

Este trabalho é dedicado primeiramente a Deus que sempre está comigo, e aos meus pais, pois sempre me apoiaram e contribuíram para a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente por este trabalho a Deus que me sustentou durante todo o período de elaboração deste trabalho me dando a tranquilidade necessária.

Aos meus pais Cristina e Daniel e a minha irmã Larissa por serem a minha base, por me darem todo o apoio e sempre acreditarem em minhas escolhas,

. Agradeço também a todos os meus amigos, por entenderem a minha ausência durante este período em especial a Junior Rodrigues, Gildomar, Radlla e Vanessa que me ajudaram e me substituíram em algumas atividades para que eu pudesse me dedicar ao trabalho, a Wanessa e Izabelly que nos momentos em que eu estive mais aflita durante este trabalho me deram todo o apoio.

Ao meu orientador Prof. Marcelo Mauricio pela paciência e dedicação em suas orientações estando sempre a disposição para ajudar.

“Os amores na mente, as flores no chão. A certeza na frente, a história na mão. Caminhando e cantando e seguindo a canção. Aprendendo e ensinando uma nova lição”.

(Geraldo Vandré)

RESUMO

A Ditadura Militar foi um período de grande terror no Brasil que teve fim por meio da união dos brasileiros que não se conformaram com tal situação. Nessa perspectiva o presente trabalho por meio de uma pesquisa qualitativa, de fundo histórico e bibliográfica que visa analisar a influência dos movimentos sindicais e sociais artísticos no processo de redemocratização do país. Ao longo deste trabalho foi visto que a reconquista da democracia não ocorreu da noite para o dia e foi a custo de muito sofrimento, as pessoas que se voltavam contra o governo eram perseguidas, exiladas, torturadas e mortas. Os trabalhadores da época trabalhavam em situações precárias, sem uma remuneração que correspondesse ao trabalho realizado, não possuíam liberdade e estavam presos a decisões tomadas pelo Estado. Da mesma forma, os músicos e outros artistas sofreram com a forte censura onde pouquíssimos trabalhos eram liberados para divulgação, mas isto não os impediu de continuarem compondo e divulgando as suas musicas, muitas destas musicas se tornaram verdadeiros hinos a favor da democracia. Devido a grande influencia que os músicos exerciam para a sociedade, ocorreu uma grande perseguição aos membros deste movimento, onde muitos deles foram exilados. Por fim constatou-se que não só os trabalhadores influenciaram diretamente no processo de redemocratização do país, mas todos os movimento sociais da época e que nenhum movimento teria conseguido modificar a situação do país se tivesse trabalhado de forma individual, defendendo cada um os seus próprios ideais.

Palavras-Chave: Redemocratização. Sindicalismo. Artistas. Movimentos Sociais

RESUMEN

La dictadura militar fue un período de gran terror en Brasil, que llegó a su fin a través de la unión de los brasileños que no se ajustara a esta situación. En esta perspectiva, el presente estudio a través de una investigación, la historia y la literatura fondo cualitativa para analizar la influencia de los sindicatos y los movimientos sociales en el proceso de democratización artístico del país. A lo largo de este trabajo fue como la reconquista de la democracia no se produjo durante la noche y que era el coste de mucho sufrimiento, las personas que se volvieron contra el gobierno fueron perseguidos, exiliados, torturados y asesinados. Los trabajadores del tiempo de trabajo en situaciones precarias y sin remuneración que corresponde al trabajo realizado, no tenían libertad y fueron obligados por las decisiones tomadas por el estado. Del mismo modo, músicos y otros artistas sufrieron la fuerte censura donde muy pocos trabajos fueron liberados para su publicación, pero esto no les impidió seguir componiendo y la liberación de sus canciones, muchas de estas canciones se han convertido en verdaderos himnos en favor de la democracia. Debido a la gran influencia que los músicos ejercieron a la sociedad, hubo una gran persecución de los miembros de este movimiento, donde muchos de ellos se exiliaron Finalmente se comprobó que no sólo los trabajadores directamente influenciados en el proceso de democratización del país, pero todos los movimientos sociales el tiempo y no hay movimiento habría sido capaz de cambiar la situación del país al haber trabajado de forma individual, la defensa de cada uno de sus ideales.

Palabras clave: La redemocratización. El sindicalismo. Artistas. Los movimientos sociales

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI- Ato Institucional

ALN- Ação Libertadora Nacional

CF- Constituição Federal

CGT- Comando Geral dos Trabalhadores

CLT - Consolidação Das Leis Do Trabalho

CNTC - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio

CNTI- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DOI-Codi - Centro de Operações de Defesa Interna

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNJ - Federação Nacional dos Jornalistas

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

MEC - Ministério da Educação

MPB - Musica Popular Brasileira

MST - Movimento Sem Terra

MUT - Movimento de Unificação dos Trabalhadores

OAB - Ordem dos Advogados Brasileiros

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PCB-Partido Comunista Brasileiro

PIB - Produto Interno Bruto

PLR-Participação de Lucros e Resultados

PSD - Partido Social Democrático

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB-Partido Trabalhista Brasileiro

STF- Superior Tribunal Federal

TRT- Tribunal Regional Do Trabalho

UDN - União Democrática Nacional

UEEs União Estadual dos Estudantes

UNE- União Nacional dos Estudantes

USI - União Sindical Independente

USP- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POLÍTICA, HISTÓRIA E BRASIL (1950 – 1970).....	14
3 A IMPORTANCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO	24
3.1 ESTUDANTES: A FORÇA DE UMA JUVENTUDE	24
3.2 MUSICOS: A VOZ EM MEIO AO SILÊNCIO.....	27
3.2.1 Movimentos Não Engajados.....	28
3.2.1.1 Bossa Nova	28
3.2.1.2 Rock	29
3.2.1.3 Jovem Guarda.....	29
3.2.1.4 Tropicalistas	30
3.2.2 Movimentos Engajados	30
3.2.2.1 Música Popular Brasileira.....	31
3.3 TRABALHADORES: A FORÇA DAQUELES QUE PODEM PARAR UM PAÍS.....	33
4 DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	34
4.1 REVOLUÇÃO DE 30	35
4.2 ESTADO NOVO	36
4.3 CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	37
4.4 DÉCADA DE 50	39
4.5 DÉCADA DE 60	41
4.6 DECADA DE 70	46
4.7 DÉCADA DE 80	46
4.8 DÉCADA DE 90	48
5 CONTRIBUIÇÃO COMO MOVIMENTO ARTISTICO DEMOCRATICO	50
6 A CONTRIBUIÇÃO DA REDEMOCRATIZAÇÃO PARA OS SINDICATOS	53
6.1 REFORMA SINDICAL	55
7 CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Durante a Ditadura Militar brasileira, que ocorreu no período de 1964 até 1985, retirou dos cidadãos brasileiros toda a sua dignidade, as pessoas já não eram livres e não tinham direito de discordar do regime político. Mas este período também trouxe para as pessoas um inconformismo com a situação vivida que desencadeou em uma luta feroz contra a ditadura, o processo de redemocratização do país não ocorreu da noite para o dia, foi preciso muita luta para conquistar a tão almejada democracia.

Este período ficou conhecido como o período mais brutal vivido pelos brasileiros a situação dos trabalhadores era precária, sem salário digno, perseguidos e privados dos seus direitos. Este foi o estopim para que os trabalhadores e a sociedade percebessem que se eles não se unissem em busca dos seus direitos, nada mudaria neste setor.

Os sindicatos sempre foram vistos com temor pelos que detinham o poder, pois era claro a força destas organizações. A relação dos sindicatos com o estado era uma das grandes preocupações dos economistas devido a sua capacidade de organização, representação, dominação e capacidade de ação coletiva estas características não eram bem vistas pelos militares que focaram na desestruturação destas organizações, proibiram os trabalhadores de se reunirem em sindicatos, perseguiram os seus líderes, colocaram os seus aliados (pelegos), na direção dos sindicatos, proibiram as greves.

Contudo nenhuma destas medidas adotadas impediu a ação dos trabalhadores contra a ditadura militar, os trabalhadores e outros movimentos sociais entenderam a necessidade de se unirem em busca de um bem maior, e será as ações tomadas pelos trabalhadores para colaborar com o processo de redemocratização do Brasil, assim como a importância da união entre os movimentos sociais para realizarem este fim que será analisada ao longo deste trabalho. A colaboração dos artistas foi extremamente necessária para o sucesso da redemocratização, pois eles foram responsáveis por darem voz aos que estavam lutando por esta causa.

Este trabalho tem como objetivo detectar a influência dos movimentos sociais (sindicais e artístico) no processo de redemocratização brasileiro e avaliar a conjuntura sócio-política que desencadeou no golpe militar.

A vitória contra a ditadura militar foi fruto de um trabalho que se iniciou bem antes e que foi preciso muita organização e persistência destes trabalhadores muitos abriram mão da própria liberdade em busca dos seus direitos. Esta vitória não ocorreu somente devido a influência dos trabalhadores, mas de todos os movimentos sociais.

O movimento dos estudantes com todos os jovens destemidos, e seus professores espalharam pelo país a importância de agir contra a situação vivida entre eles. Quando por meio de Atos Institucionais a situação se agravou. Foi por meio da música que os brasileiros conseguiram transmitir toda a frustração, a música conseguiu transmitir tudo o que a população queria falar mas não era permitido, e teve o poder também de empolgar e dar ânimo a população para continuar na luta pela redemocratização.

A metodologia utilizada para discorrer sobre este tema foi a bibliográfica, realizada através de pesquisas em livros, artigos, páginas da internet relacionada a sindicatos e história sobre a ditadura ou sobre o contexto político da época, assim como pesquisas em artigos científicos.

O presente trabalho tem uma abordagem descritiva, com uma problemática que gira em torno de como sindicatos e os demais movimentos sociais influenciaram no processo de redemocratização do país.

Foi realizada uma pesquisa qualitativa de cunho histórico com análise em literaturas voltadas para o Direito Constitucional e Direito Coletivo do Trabalho, especialmente no que concerne aos princípios norteadores das referidas áreas jurídicas. Igualmente houve análise de documentos legislativos do passado e a leitura da vigente CF. Por fim, destaca-se a interdisciplinaridade do presente trabalho uma vez que juntou o conhecimento jurídico com a seara das artes, mais especificamente com os movimentos musicais brasileiros.

2 POLÍTICA, HISTÓRIA E BRASIL (1950 – 1970)

Esta década 1950 ficou conhecida como "os anos dourados" devido as grandes transformações que aconteceram na época. Neste período, houve o retorno de Getúlio

Vargas ao poder, que teve como ideal o investimento na industrialização. Em 1951 Vargas mandou para a câmara o projeto de lei para a criação da Petrobras, que foi promulgada em 1953, o que fez com que gerasse conflito com os entreguistas que acreditavam que o estado não deveria interferir na economia e não aceitavam que a industrialização deveria ser prioridade do governo. O pesado investimento na industrialização, o aumento do combustível e a estocagem de matéria prima, teve como consequência um déficit de 286 milhões de dólares na balança comercial, levando em consideração que o governo anterior de Eurico Gaspar Dutra deixou um saldo positivo de 425 milhões de dólares. Como tentativa de solucionar o problema Vargas adotou o sistema de taxas múltiplas de cambio para ajudar a restaurar as exportações brasileiras, também introduziu uma forma de desvalorização protecionista aos setores considerados essenciais ao desenvolvimento econômico de base.

O ano de 1954 foi marcado por um clima tenso, que incluía tentativas de assassinato aos adversários do presidente neste mesmo período, no dia 23 de agosto o governo perdeu o apoio das forças armadas, no dia 24 de agosto ficou clara a oposição dos militares ao governo Vargas após a assinatura de 27 generais em um manifesto e em decorrência disto o então presidente comete suicídio ¹em seus aposentos, no palácio do Catete. (BUENO, 2006)

Café Filho assume a presidência até outubro de 1954 em decorrência da morte de Vargas. O Período que se estende até 1955, é marcado por novas disputas nas eleições presidenciais, de um lado a UDN com intuito de que fosse empossado um candidato militar, o general Juarez Távora, e do outro o PSD com o candidato Juscelino Kubitschek, a oposição não aceitou a sua candidatura, sendo então substituído devido a um certo "espírito getulista" a população não aceitou a situação o que fez com que surgisse vários boatos sobre um possível golpe militar, em resposta Juscelino declarava " Deus poupou-me o sentimento do medo . A duração da minha candidatura esta condicionada a duração da própria democracia em nossa pátria " .(DEL PRIORE, 2001)

1 Em meio a tamanhas perseguições , encontrando-se sem saída , Getúlio comete suicídio, sendo este ato considerado por muitos como um grande ato político, de forma subliminar ele deixa suas intenções de marcar a história "serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história . " (BUENO , 2006)

Juscelino tornou-se presidente no dia 31 de janeiro de 1956. Em seu governo ele recebeu o apoio dos trabalhadores devido ao grande desenvolvimento econômico que permitiu um crescimento salarial até hoje não ultrapassado, e foi iniciada a construção de uma nova capital no planalto central. Contudo o governo gastava mais do que arrecadava e o déficit passou de menos de 1% do PIB em 1954 para 39,5 % em 1958. Anterior a esta data, em junho do mesmo ano o plano para solucionar o problema, dependia de um acordo com o FMI, pois previa um empréstimo de 300 milhões de dólares. Com os olhos voltados para a sucessão da presidência, Juscelino rompeu com o FMI e abandonou o plano, tal atitude foi alvo de manifestações em 1960. Juscelino não conseguiu fazer seu sucesso e passou a faixa presidencial para Jânio Quadros. (DEL PRIORE, 2001)

Em 03 de outubro de 1960 Jânio Quadros foi eleito, presidente, com a média de 49% dos votos, primeiro presidente a tomar posse em Brasília. Com o objetivo de combater a inflação deixada de herança pelo governo de Juscelino, Jânio implementou uma política econômica austera. A população se decepcionou com o então presidente uma vez que todos esperavam por grandes medidas que definiriam os objetivos do governo, o presidente tomou decisões de pouca relevância, como a proibição do uso do biquíni em desfile de misses, hipnotismo em lugares públicos, das corridas de cavalo durante a semana entre outras medidas. (DEL PRIORE, 2001)

Em 1961 devido a tal liberdade em governar Jânio Quadros renunciou à Presidência da República. Alguns pesquisadores acreditam que se tratou de um golpe para se fortalecer uma vez que os militares não aceitariam João Goulart no poder. De acordo com a constituição João Goulart (Jango) iria assumir a presidência, mas os militares e seus aliados não aceitaram, neste período Jango estava no exterior em uma visita a China comunista, sendo assim o presidente da câmara dos deputados Ranieri Mazzilli assumiu provisoriamente a presidência, e foi vetado o retorno de Jango por motivo de segurança nacional, ele foi hostilizado pelas forças armadas e pelos empresários, uma vez que teria sido responsável pelo aumento de 100% do salário mínimo. Foi cogitado, na época, o impeachment de Jango, esta ideia não foi compartilhada por todos inclusive alguns adversários do Jango não aceitavam e não eram a favor de ir contra a constituição. O congresso negou o veto a posse de Jango e

preferiu criar uma comissão para encontrar a melhor solução, chegaram então a um acordo que seria mudar o regime de presidencialista para parlamentarista. (DEL PRIORE,2001)

No dia 02 de setembro foi aprovado o ato adicional que emendou a constituição e criou o parlamentarismo. No dia 07 do mesmo mês Jango tomou posse da presidência da república tendo seus poderes reduzidos, contudo, Jango continuou com o apoio dos sindicatos, das organizações de esquerda e dos partidos nacionalistas. Nesta época de grande conflito sobre o parlamentarismo, crescia o pensamento de que as ideias democráticas não eram mais eficientes para a solução dos problemas, e que só uma revolução seria capaz de cessar a luta pelo poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo. (DEL PRIORE,2001)

Em 1963 ocorreu uma grande paralização dos operários que ficou conhecida como a greve dos 700 mil. A inflação que erguera a cabeça no governo de Juscelino tornou-se um dragão alimentado pela pressão dos sindicatos e movimentos sociais. (DEL PRIORE,2001)

Sindicatos e organizações de esquerda sonharam com a conquista do poder numa idealização a respeito das reformas de base. E todos esses problemas foram devidamente realçados pela ação orquestrada de quem via em Jango o fantasma do comunismo. Após este evento Jango partiu para o confronto aprovando as reformas de base por decreto e recorrendo as grandes mobilizações de massa para demonstrar a força do Governo. A mais conhecida foi o comício da central que ocorreu em 13 de março de 1964 e reuniu cerca de 150 mil pessoas na estação da Central do Brasil no Rio de Janeiro. (MARKUN 2001)

Como reação a este comício houve no dia 19 de março de 1964 a marcha da família com Deus pela liberdade em São Paulo que reuniu cerca de 500 mil pessoas, outro evento significativo para o golpe foi a Associação dos Marinheiros que buscavam melhores salários e a garantia dos seus direitos. Com isto no dia 24 de março do mesmo ano, o Ministro Silvio Mota mandou prender os dirigentes da já citada Associação pela acusação de subversão da hierarquia. No dia seguinte cerca de 2 mil Praças e Fuzileiros Navais se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos, quando o Ministro Silvio Mota mandou cercar o local; Esta situação foi resolvida por meio de

negociações. O então Ministro afirmou que os participantes de tal reunião não seriam punidos, este incentivo a quebra da hierarquia militar levou as primeiras ações do golpe. No dia 31, de março o General Olímpio Mourão Filho mobilizou sua tropa com sede em Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, com a definição do golpe, no dia 1º de abril o presidente da câmara Auro de Andrade declarou vago o cargo de presidente da república, assumindo o então presidente da câmara Ranieri Mazilli, mas o real poder do país já estava nas mãos dos militares.

No dia 4 de abril Jango asila-se no Uruguai depois de se recusar a ordenar qualquer ação que pudesse resultar em derramamento de sangue. (MARKUN,2001) Ao tomar o poder, os militares, prendem centenas de pessoas, cassam centenas de mandatos, extinguem os partidos políticos, tornam indiretas as eleições para presidente, governadores e prefeitos das capitais e de algumas cidades consideradas áreas de segurança, quanto a área trabalhista calcula-se que cerca de 10 mil dirigentes sindicais foram afastados mediante o uso generalizado desse recurso. (MELLO,1999)

A instauração de um novo regime se deu por meio de muita violência, Durante a ditadura militar o Brasil teve 17 atos institucionais que estabeleciam para os militares diversos poderes extra constitucionais com objetivo de impedir qualquer forma de movimento da oposição e fortalecer ainda mais o regime militar. (MELLO,1999)

A página do Governo traz um resumo destes atos, como se vê logo a baixo (PLANALTO,2016)

O Ato Institucional nº 1 modificou a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República, somente o colégio eleitoral, composto pelos congressistas poderiam eleger o presidente. Conferiu aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluiu a apreciação judicial desses atos, concedeu a possibilidade de colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que tivesse atentado contra a segurança do país. Somente com uma medida radical, os militares poderiam convencer os indecisos dos rumos determinados pelos militares e um Congresso indeciso seria perigoso, pois poderia desencadear uma Guerra Civil no país, devido a isto, foi decidido que todos aqueles que poderiam reagir ou dificultar o processo teriam que ser afastados. (DELPHINO,2010)

Em outubro de 1965 o Ato Institucional nº 2 Modificou a Constituição quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes; suspendeu garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo; excluiu da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. O objetivo do presidente quando decidiu aumentar o poder do Executivo, era a necessidade de passar para dezesseis ²o numero de ministros que faziam parte do Supremo Tribunal Federal, com a finalidade de que as leis fossem aprovadas. Devido a decretação do AI-2, os governadores da Guanabara e Minas que não aprovaram tais decisões romperam em com o presidente. Este ato foi substituído pela constituição de 19967, mas os seus efeitos não foram suspensos. (DELFINO,2010)

Em fevereiro de 1966 foi decretado o Ato institucional nº 3 que tratava sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais; permitiu que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, exercessem o cargo de Prefeito de capital de Estado; excluiu da apreciação judicial os atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes, e em dezembro do mesmo ano foi decretado o Ato institucional nº 4 que convocou o Congresso Nacional para discursão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da Republica. (PLANALTO, 2016)

Um ano depois em dezembro de 1968 foi decretado o mais rígido e violento dos Atos Institucionais que deu poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. O Ato Institucional, o nº 5 suspendeu a garantia do Habeas Corpus para determinados crimes; dispôs sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores e excluiu da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares

2 Anteriormente o número era de 11 ministros

decorrentes. Este Ato foi decretado como solução para os grandes conflitos que aconteceram durante o ano de 1968 ficou marcado na história mundial e na do Brasil como um momento de grande contestação da política e dos costumes. O movimento estudantil foi reconhecido como protesto dos jovens contra a política tradicional, mas principalmente como demanda por novas liberdades. Esta ideologia foi bem expressa no lema "é proibido proibir". Esse movimento, no Brasil, associou-se a um combate mais organizado contra o regime: intensificaram-se os protestos mais radicais, especialmente o dos universitários contra a ditadura. Por outro lado, a "linha dura" providenciava instrumentos mais sofisticados e planejava ações mais rigorosas contra a oposição. Enquanto isto, Igreja começava a ter uma ação mais expressiva na defesa dos direitos humanos, e lideranças políticas cassadas continuavam a se associar visando a um retorno à política nacional e ao combate à ditadura. (D'ARAUJO,2016)

Após um ano turbulento em fevereiro de 1969 foram decretados os Atos Institucionais nº 6 e nº 7. O numero 6 deu nova redação aos artigos 113, 114 e 122 da Constituição Federal de 1967; ratificou as Emendas Constitucionais feitas por Atos Complementares subsequentes ao Ato Institucional nº 5; excluiu da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. E o numero 7 estabeleceu normas sobre remuneração de Deputados Estaduais e Vereadores; dispôs sobre casos de vacância de cargos de Prefeito e Vice-Prefeito; suspendeu as eleições parciais para cargos executivos ou legislativos da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios e excluiu da apreciação judicial os atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. (PLANALTO,2016)

Ato Institucional nº 8, de 2 de abril de 1969: Atribui competência para realizar Reforma Administrativa ao Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de população superior a duzentos mil habitantes; (PLANALTO,2016)

Ato Institucional nº 9 produziu uma nova redação ao artigo 157 da Constituição Federal de 1967, que dispõe sobre desapropriação de imóveis e territórios rurais. A partir deste ato a União recebeu o poder de promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata,

correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas. (PLANALTO, 2016)

Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969 trouxe outras medidas referente as adotadas sobre a suspensão dos direitos políticos, a cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, fundamentados nos Atos Institucionais nº 1, nº 2, nº 5, e nº 6. Dispôs sobre a perda de qualquer cargo ou função exercidos na Administração Direta ou Indireta (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista), tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios; a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo efetivo de serviço, das pessoas que exerçam cargo ou função nas entidades previstas na alínea anterior; a cessação imediata do exercício de qualquer mandato eletivo federal, estadual ou municipal, caso não tenham sido eles expressamente cassados. A suspensão dos direitos políticos ou a cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, poderia acarretar, por prazo não superior a 10 (dez) anos, a proibição do exercício de atividades, cargos ou funções em empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional e o Presidente da República poderia, a qualquer tempo, impor as sanções previstas neste artigo, inclusive às pessoas já atingidas pelos Atos Institucionais anteriores a 13 de dezembro de 1968. (PLANALTO,2016)

Todos os outros Atos Institucionais foram decretados ao longo do ano de 1969. O Ato Institucional nº 11 tratou sobre o tempo de mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores e sobre as eleições para esses cargos. O Ato Institucional nº 12 Conferiu aos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar as funções exercidas pelo Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, no período em que ele esteve doente; O Ato institucional nº13 tratou sobre o banimento do território nacional de brasileiros inconvenientes, nocivos e perigosos a segurança nacional, muitos destes brasileiros inconvenientes foram os nossos músicos, jornalistas dentre

outros que não aceitavam a perda dos seus direitos. O Ato Institucional nº 14, garantiu a vigência dos Atos Institucionais, dos Atos Complementares, das leis, decretos-leis, decretos e regulamentos que travam sobre o confisco de bens em casos de enriquecimento ilícito. O Ato Institucional nº 15, dispôs sobre as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores dos Municípios. O Ato institucional nº 16 declarava vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República e dispôs sobre eleições e período de mandato para esses cargos; confere a Chefia do Poder Executivo aos Ministros militares enquanto durar a vacância. O ultimo Ato Institucional o de numero 17 autorizava o Presidente a transferir para reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado ou venham a atentar contra a coesão das Forças Armadas. (PLANALTO, 2016)

Os Atos Institucionais possuíam poder maior que a própria constituição, eles tinham como objetivo tornar cada vez mais difícil as rebeliões contra o regime militar utilizando sanções severas e aumentando o poder dos militares sobre o Estado.

Enquanto em países desenvolvidos os jovens experimentavam a liberdade e rompiam com velhos costumes no Brasil eles batiam de frente com uma ditadura insensível a mudanças , com isto, os jovens começaram a se reunir em torno da UNE, iniciaram também grandes movimentos por parte dos trabalhadores como grandes greves que ocorreram no ano de 1968, em uma destas greves realizada em Osasco os metalúrgico se uniram aos militares de esquerda que tinham aderido os setores mais radicais da ditadura, tendenciosos a uma luta armada, tinham como referencia a revolução cubana. Estes grupos promoveram uma serie de assaltos com a finalidade de arrecadar dinheiro para a causa pela qual lutavam, como consequência destes atos, considerados pela massa como atos de vandalismo, a linha dura das forças armadas jogou a opinião publica contra este grupo de esquerda os chamando de terroristas e seus aliados. (MELLO,1999)

Durante a parada militar do dia 7 de setembro o Deputado Márcio Moreira Alves sugeriu que as mulheres não se relacionassem com os oficiais que praticassem atos de violência e repressão , os militares ao tomarem conhecimento do ocorrido requereram ao STF ³que fosse aberto um processo criminal contra o então deputado por ofensa a

3 Supremo Tribunal Federal

honra e dignidade das forças armadas, como os parlamentares possuíam imunidade era necessária a aprovação do congresso que se negou a cumprir a ordem de suspender a imunidade de Márcio Moreira, no dia seguinte Costa e Silva baixou o AI-5⁴, que culminou no fechamento assim o Congresso Nacional. (MELLO,1999)

A implementação do AI-5 foi o estopim para o aumento das lutas armadas devido ao novo ciclo de cassações e a pratica da censura aos meios de comunicações adotou-se também a pratica da tortura como política de estado.

Em 1969 Costa e Silva sofreu uma trombose cerebral que deixou o lado direito de seu corpo paralisado sendo afastado de seu cargo em 72 horas, antes disto, o então presidente ainda tentou, mas sem sucesso, assinar uma reforma constitucional que abolia o AI-5 e recolocaria o Brasil nos trilhos. Em segredo os militares decidiram por não permitir que o vice presidente Pedro Aleixo tomasse posse do cargo de presidente, uma vez que, o mesmo já tinha se posicionado contrario ao AI-5, o pais então passou a ser governado por uma junta militar que se diziam ocupar o cargo ate a recuperação do antigo presidente, com inúmeros protestos contra esta junta militar em 14 de outubro a junta se retirou do poder e declarou vago os cargos de presidente e vice-presidente. (MELLO,1999)

“Ame-o ou deixe-o “assim se inicia o período mais ríspido da ditadura militar, assumiu o cargo de, presidente do Brasil, Emilio Garrastazu Médici que definia a democracia como “Um mero processo técnico para promoção da felicidade coletiva”. Sob o seu poder o Legislativo virou uma entidade homologatória do executivo em projetos importantes cada parlamentar deveria votar como determinava o líder do partido, aquele que desobedecesse tal forma de votação poderia perder o mandato e torna-se inelegível. No mesmo ano em outubro surge a dissidência estudantil que deu origem a ALN⁵, do grupo contrário a este movimento surge o PCB.⁶ (MELLO,1999)

O fortalecimento da ditadura militar agora bate de frente com a esquerda brasileira fortalecida. Diversas organizações reuniram os militares dispostos a pegar em armas para desafiarem a ditadura militar através de ações de grande repercussão da mídia. Como clandestinos as organizações tinham necessidade de dinheiro para se

4 Já citado anteriormente neste trabalho na pagina...

5 Ação Libertadora Nacional

6 Partido Comunista Brasileiro

manterem ativos, uma das soluções encontradas foram as realizações de vários assaltos a bancos o que fez com que a população ficasse assustada, neste mesmo período surgiram varias denuncias de arbitrariedade partidárias pelos órgãos de segurança que eram feitas por políticos pela OAB⁷. (MELLO,1999)

Com a vitória do Brasil na copa do mundo contra o México, a maioria dos brasileiros esqueceram por um tempo o período de censura e tortura pelo qual o país estava passando, embalados e impulsionados pela "corrente pra frente", "noventa milhões em ação pra frente brasil do meu coração todos juntos, vamos pra frente Brasil salve a seleção! ..." (DINIZ; CUNHA, 2014)

Com alto crescimento da economia, considerado o verdadeiro "milagre brasileiro", houve um grande aumento das exportações após o governo adotar uma politica cambial flexível de desvalorização do cruzeiro com o intuito de que os produtos brasileiros não perdessem a competitividade no mercado internacional devido ao aumento dos preços dos custos internos, foi montada também uma engenharia politica de incentivos fiscais e creditícios á exportações. O Estado se transformou no maior agente econômico do país e controlava diretamente setores vitais para a economia, contudo, a euforia causada pelo desenvolvimento econômico não durou por muito tempo, a partir de 1972 teve inicio a crise internacional do petróleo e com a ela a aumento da inflação mundial. O governo então proibiu a divulgação da crise pela mídia mas, o que não podia sair nos jornais era claramente visto em filas gigantescas que se formavam nas portas dos supermercados. Nesta conjuntura o mandato de Médici chega ao fim em 1974 deixando o país mergulhado em dívidas externas. (MELLO,1999)

Em 1975 inicia-se o governo de Ernesto Geisel, que tinha como metas a recolocação do país no caminho da normalidade democrática para enfrentar a crise gerada pelo preço do petróleo. O presidente aumentou o imposto de renda retido na fonte do contribuinte, esta atitude elevou a tensão social que encontrou uma válvula de escape na abertura sindical, nas greves e nas negociações diretas de salários entre patrões e empregados. Ao mesmo tempo, continuava a incessante luta pelo fim do regime militar, neste período, as manifestações já não estavam mais enclausuradas entre quatro paredes ao longe se ouvia o brado dos estudantes, e as criticas já

7 Ordem dos advogados brasileiros

adentravam o próprio partido governamental, a OAB tornou-se um influente divulgador dos ideais da democracia, por fim, como um sintoma da rearticulação da sociedade civil começam em 1978 as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista. Em 1979 Geisel revogou a AI-5 e lançou a tese democracia relativa materializada nas salvaguardas constitucionais. (MELLO,1999)

Pode-se observar ao decorrer da pesquisada realizada, o quão importante é a participação direta da sociedade na formação de um governo, foi visto que em inúmero momentos históricos mostra-se claramente que decisões foram tomadas com base em movimentos realizados pelo povo.

3 A IMPORTANCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

A conscientização da população de que “uma andorinha só não faz verão”, foi de fundamental importância para o fim da ditadura no Brasil. A população se uniu em movimentos sociais no intuito de se fortalecerem contra a situação em que se encontravam, mais importante ainda foi a união destes movimentos que juntos em busca de um bem maior, conseguiram conquistar a tão desejada democracia

3.1 ESTUDANTES: A FORÇA DE UMA JUVENTUDE

Na década de 1960 a UNE foi considerada um importante componente da frente de mobilização popular, organização que reunia todas as instituições políticas e culturais da esquerda trabalhista, que cobria vários assuntos importantes desta época dentre eles: a solidariedade grevista e a assistência técnica ao movimento de sindicalização rural. (VENTURA, 1988)

Quando em se tratando do ano de 1960 aconteceu em Salvador o I seminário nacional da reforma universitária, que teve como conclusão a ideia de que o Brasil era visto como “uma nação capitalista em fase de desenvolvimento” com uma “infraestrutura agrária sob o controle de poderosos grupos estrangeiros” e um “estado oligárquico contraditório” que indicavam a “falência da estrutura liberal burguesa”. Como

solução a declaração propunha a socialização dos setores fundamentais da economia, a efetiva participação dos trabalhadores nos órgãos do governo e a criação pelo governo de condições para o completo desenvolvimento das organizações do proletariado. Estes eram considerados os alvos estratégicos do Movimento Estudantil. (VENTURA, 1988)

Em 1962 ocorreu o II Seminário Nacional da reforma universitária, as conclusões políticas e ideológicas deste seminário foram incluídas na parte em que se tratava do esquema tático de luta da Carta do Paraná. As organizações estudantis tinham como objetivo a criação de uma aliança entre os trabalhadores urbanos e rurais, intelectuais progressistas, militares democratas e outros setores nacionais para fortalecer as suas reivindicações. O IPES fornecia apoio financeiro, técnico e administrativo as ações realizadas pelas organizações estudantis, contudo o líder do IPES viu a necessidade de infiltrar elementos democráticos dentro da população estudantil militante, foi visto também a necessidade de desenvolver ações através dos professores por constituírem elemento permanente na estrutura educacional. (FERNANDA SUCUPIRA, 2016)

O movimento universitário atingiu uma ascensão política ao se voltar cada vez mais para esquerda assim como os trabalhadores e ao participar de diretrizes políticas desde o apartheid da África do Sul até as necessidades da reforma agrária. (FERNANDA SUCUPIRA, 2016)

Em abril de 1964, com o início da ditadura a UNE teve sua sede incendiada, foram presos os líderes estudantis, houve invasão às universidades e a interdição da UNE, tudo isso, com o objetivo de frustrar os planos dos estudantes. Contrários ao movimento estudantis os militares editaram a Lei Suplicy de Lacerda em que colocavam a UNE e a UEEs na ilegalidade, assim, as entidades de representação foram submetidas ao regulamento do MEC. No ano seguinte, mesmo na clandestinidade a UNE convocou uma greve que paralisou a Universidade de São Paulo com a adesão de mais de 7 mil alunos organizaram passeatas contra a lei Suplicy Lacerda e lançaram campanhas contra os acordos MEC-USAID que previam a privatização das universidades. (FERNANDA SUCUPIRA, 2016)

De forma precária e ainda na clandestinidade, foi organizado no porão de uma igreja em Belo Horizonte o 28º Congresso das Entidades Estudantis onde Luiz Guedes

foi eleito presidente da UNE que liderou uma serie de protestos contra a privatização do ensino e a repressão, sendo conhecido com “setembrada” , foi neste momento durante varias passeatas que aconteceram em vários estados , que pela primeira vez , após o Golpe Militar , as palavras de ordem “abaixo a ditadura militar” foram entoadas. Em resposta a este movimento ocorreu o evento que ficou conhecido como o massacre da Praia Vermelha, onde cerca de 600 estudantes foram encurralados pela policia dentro da Universidade de Medicina do Rio de Janeiro e foram espancados de forma brutal. Mesmo após este episódio, em 1967 os estudantes não se amedrontaram e realizaram o 29º Congresso da UNE, na cidade de Valinhos em São Paulo, mesmo em meio a toda repressão a UNE ainda resistia ao regime Militar. (UNE,2016)

O ano de 1968, foi marcado por grandes revoluções culturais e sociais em todo o mundo. Foi quando a população realizou a passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro. Apesar da repressão a UNE continuou a existir nas sombras da ditadura, em firme oposição ao regime. Foi quando os estudantes e artistas engrossaram a passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, pedindo democracia, liberdade e justiça. No entanto, os militares endureciam a repressão em episódios como o assassinato do estudante secundarista Édson Luís, que foi morto pela polícia durante um movimento estudantil realizado no restaurante universitário, conhecido como calabouço. (UNE,2010)

Os participantes do movimento levaram o corpo em passeata até a Assembleia Legislativa dando inicio a uma serie de movimentos e confrontos com a policia que ficou conhecida como “semana sangrenta”. Após esta semana, os lideres estudantis e intelectuais organizaram um movimento pacifico em resposta a tudo o que estava acontecendo, como forma de mostrar que estava aberto para dialogo o Governo liberou que fosse realizada a passeata, marcada para o dia 26 de junho. A passeata organizada pelos estudantes, contou com o apoio dos trabalhadores, religiosos, jornalistas e famílias, reunindo cerca de cem mil pessoas, o que fez com que o movimento ficasse conhecido como “Passeata dos Cem Mil”, sem interferência da policia a passeata ocorreu de forma pacifica, onde se poderia ver a população que gritava palavras de ordem e recebiam o apoio dos moradores por onde passavam. No final da passeata foi constituída uma comissão que tinha como finalidade negociar as reivindicações com o Presidente Costa e Silva, a reunião ocorreu dias depois em

Brasília, mas não surtiu nenhum resultado. Uma semana depois da passeata dos Cem Mil, os estudantes promoveram uma nova passeata que reuniu cerca de 50 mil pessoas e foi a última passeata de grande porte realizada pelos estudantes, após este evento foi decidido que seria mudada a estratégia dos movimentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2010)

Com a proclamação do AI-5, iniciou-se um período de grande terror e violência. Nos anos seguintes vários estudantes foram, perseguidos, torturados e assassinados, mas estes atos não enfraqueceram os movimentos, eles continuaram acontecendo.

Em meio a repressão os estudantes se aliaram a outros movimentos para continuarem na luta pela democracia, shows e atividades culturais, foram uma das soluções encontradas para que o povo pudesse se expressar de uma forma “disfarçada”. Com a morte de Alexandre Vannucchi Leme estudante de Geologia da Universidade de São Paulo (USP), que foi preso, torturado e morto por agentes do DOI-Codi⁸, houve a primeira manifestação em massa, após a proclamação do AI-5 que ocorreu durante a missa realizada pela morte do estudantes, dias antes Gilberto Gil, realizou um show na Escola Politécnica da USP como forma de protesto contra o assassinato do jovem, em vídeo que contém o áudio deste show é possível ouvir o povo clamando para que Gilberto Gil cantasse a música cálice, em meio a tantos pedidos Gil não teve com negar e encerra o show cantando a música cálice, sendo acompanhado por todos que ali estavam, formando um enorme coral, clamando e gritando para que fosse realmente afastado todo esse sangue derramado e para que tivessem a liberdade para falar. (FERNANDA SUCUPIRA, 2016)

“Como é difícil acordar calado, se na calada da noite eu me dano, quero lançar um grito desumano, que é uma maneira de ser escutado, esse silêncio todo me atordoa, atordado eu permaneço atento, na arquibancada pra a qualquer momento, ver emergir o monstro da lagoa Pai, afasta de mim esse cálice (CALE-SE Chico Buarque/Gilberto Gil DINIZ, 2014, p.114)

3.2 MUSICOS: A VOZ EM MEIO AO SILÊNCIO

8 Órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro

Em um período onde era proibido falar sobre os problemas do país e das coisas que aconteciam durante o regime militar, o movimento musical veio como um meio de libertar a população deste silêncio forçado, os músicos tiraram as mordanças da população e cantaram todos os desejos para um país melhor. Mas nem todos os movimentos estavam engajados neste contexto político.

3.2.1 Movimentos Não Engajados

Como foi dito anteriormente nem todos os movimentos musicais estavam engajados politicamente, alguns tinham seus objetivos voltados para a qualidade musical, outros buscavam agradar a massa jovem capitalista, e os demais apenas se diferenciar e incomodar os padrões conservadores da época na busca de unir toda a rica cultura do país sem se prender ao aspecto político.

3.2.1.1 Bossa Nova

Com Juscelino como presidente, o Brasil vivia uma época de grande euforia causada pelo desenvolvimento e crescimento econômico. Em meio a esta euforia surge na década de 1950 o movimento musical conhecido como Bossa Nova que sofreu a influência do Jazz norte-americano, com o intuito de divulgar a cultura do Brasil no exterior. Este movimento musical possuía uma musicalidade diferente, sendo cantado de uma forma quase que recitada. O marco inaugural da Bossa Nova ocorreu em 1958 com a música, *chega de saudade*, composta por Vinicius de Moraes e Tom Jobim. “Chega de saudade, A realidade é que sem ela, Não há paz, não há beleza, É só tristeza e a melancolia, Que não sai de mim, não sai de mim, Não sai...” (DINIZ,2014)

As músicas eram inspiradas na zona Sul do Rio de Janeiro, era algo mais intimista. Na década de 1960, alguns grupos tentaram aproximar o ritmo ao samba, baião e xote nordestino. Inspirados pelos americanos, a classe média buscava o “jeitinho americano de viver”, com valores voltados apenas para os bens materiais. (REVISTA POP, 2016)

3.2.1.2 Rock

Essa mudança citada no tópico anterior levou com que alguns jovens tivessem uma visão crítica sobre o consumismo e observaram na música uma maneira de encontrar uma identidade, ou pelo menos, uma maneira de ir em busca desta identidade antes considerada perdida pelos valores voltados aos bens materiais. O rock'n'roll, torna-se a marca desses jovens, maioria da classe média, por ter acesso aos meios de comunicação de massa e dinheiro para comprar discos e instrumentos, como a guitarra que tornou-se símbolo deste movimento musical. Celly Campello traz este ritmo para o Brasil com a versão de Stupid Cupid. (REVISTA POP) “Oh! oh! Cupido! Vê se deixa em paz, Meu coração que já não pode amar, eu amei há, Muito tempo atrás Já cansei de, Tanto soluçar.” (DINIZ,2014)

Com uma mistura de ritmos o Brasil escolhe o novo presidente Jânio Quadros, que agradava a todas as classes em seus discursos, onde se retratava como homem que iria “varrer todo o lixo” da administração e da política.

3.2.1.3 Jovem Guarda

Este movimento surge em 1965 com o início do Programa JOVEM GUARDA, que era liderado por: Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderley. Com grande influência do rock este movimento importa para o Brasil a figura do jovem como novo agente da sociedade, enquanto a “velha guarda” da Bossa nova iniciava a composição de músicas com cunho político preocupados com o cenário da política no Brasil, a Jovem Guarda se mantinha alheia a estes assuntos, o que causou grandes críticas ao movimento que se manteve distante dos problemas que dominavam o país. Como exemplo podemos ver no trecho da música abaixo, a falta de envolvimento político. (REVISTA POP, 2016)

“Meu carro é vermelho, Não uso espelho pra me pentear, Botinha sem meia, E só na areia eu sei trabalhar, Cabelo na testa, sou o dono da

festa, Pertença aos dez mais, Se você quiser experimentar, Sei que vai gostar.” (MEU CARRO É VERMELHO - Erasmo Carlos REVISTA POP, 2016)

Com músicas voltas para os jovens com seus carrões e belas garotas, a jovem guarda não suportou aos “anos de chumbo” que já não combinavam com o estilo *carpe diem*. Apesar da inegável qualidade musical, as músicas destoavam da realidade brasileira, em 1969 o programa Jovem Guarda deixa de existir e consequentemente o movimento também tem seu fim. (PAULO LUNA, 2016)

3.2.1.4 Tropicalistas

Os tropicalistas surgiram durante o movimento da Jovem Guarda, em 1967, com a finalidade de modificar o cenário da música brasileira com uma mistura de ritmos universais que unia a bossa, a psicodélica, músicas típicas e música erudita com arranjos de maestros. (DINIZ, 2014)

“Sobre a cabeça os aviões, Sob os meus pés os caminhões, Aponta contra os chapadões, Meu nariz, Eu organizo o movimento, Eu oriento o carnaval, Eu inauguro o monumento, No planalto central do país.” (TROPICÁLIA, Caetano Veloso, DINIZ, 2014, p. 126)

O aspecto político do movimento estava atrelado a uma vasta proposta cultural e estética, eles faziam uma ligação entre música, artes plásticas, teatro e cinema. Mas com a implantação do AI-5 e a forte repressão causada o movimento não obteve continuidade. (OLIVEIRA, 2016)

3.2.2 Movimentos Engajados

Em meio a todo este turbilhão causado pela ditadura os outros movimentos como os dos estudantes e trabalhadores, viam-se obrigados a ficarem calados sendo tolhidos de sua liberdade de expressão e impedidos de reivindicarem seus direitos, a partir,

disso encontram na música uma maneira de reivindicação. Marcos Roberto escreveu em um artigo da revista POP que: “Cantar é a melhor forma de Lutar contra um sistema que obrigava seus cidadãos ao silêncio”.

3.2.2.1 Música Popular Brasileira

Foi o movimento, totalmente engajado politicamente com influência da Bossa Nova, recebeu alguns adeptos dos outros movimentos, como Gilberto Gil do Tropicalismo. Os artistas ficaram conhecidos como os “inimigos do regime”, faziam parte da MPB nomes como Elis Regina, Gal Costa e Chico Buarque, este último trouxe bastante “dor de cabeça” para o regime militar com suas letras que implicitamente se mostrava contrária ao regime. (REVISTA POP, 2016)

“Hoje você é quem manda, falou, tá falado não tem discussão. A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão, viu você que inventou esse estado e inventou de inventar toda a escuridão, você que inventou o pecado, esqueceu-se de inventar o perdão.”
(APESAR DE VOCÊ – Chico Buarque REVISTA POP, 2016)

A música Apesar de você faz alusão ao presidente Médici, que foi considerado o governo mais repressivo com várias denúncias de tortura, perseguição e morte dos seus opositores, muitos artistas foram exilados, o que fez com o que até alguns artistas não engajados se arriscassem ao compor músicas para os que sofriam com a repressão como foi o caso de Roberto Carlos e Erasmo Carlos que juntos escreveram a música “Debaixo dos Caracóis de Seus Cabelos” em homenagem a Caetano Veloso que estava exilado. (DINIZ,2014)

“Você anda pela tarde e o seu olhar tristonho, deixa sangrar no peito
Uma saudade, um sonho um dia vou ver você chegando num sorriso,
pisando a areia branca que é seu paraíso.” (DEBAIXO DOS CARACÓIS
DOS SEUS CABELOS, Roberto e Erasmo Carlos DINIZ,2014, p.134))

Como meio de fugir da censura os artistas utilizavam-se das metáforas para compor suas músicas. Gilberto Gil utilizou-se de versos bíblicos para compor, Cálice que mesmo utilizando metáforas não foi aprovada pela censura, pois possuía um duplo sentido com a palavra cale-se que traz alusão a proibição de falar sobre algo que fosse contrário ao regime.

Geraldo Vandré sofreu grande perseguição devido as suas músicas, dono da música que acabou se tornando um hino, sofre as consequências da ditadura até os dias de hoje. (DINIZ,2014)

“Pelos campos há fome em grandes plantações pelas ruas marchando indecisos cordões ainda fazem da flor seu mais forte refrão e acreditam nas flores vencendo o canhão vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer.” (PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES, Geraldo Vandré, DINIZ,2014, p. 121)

Vandré mostrar em sua música a força de uma população que deveria participar de forma direta na redemocratização do país, e não somente ficar a espera de que algo aconteça. Ao observar a luta de um outro grupo que também sofria com a ditadura Chico Buarque compõe a canção Construção, que traz o sofrimento do trabalhador invisíveis aos olhos da sociedade. (DINIZ,2014)

“Amou daquela vez como se fosse a última, beijou sua mulher como se fosse a última e cada filho seu como se fosse o único ,e atravessou a rua com seu passo tímido, subiu a construção como se fosse máquina, ergueu no patamar quatro paredes sólidas, tijolo com tijolo num desenho mágico seus olhos embotados de cimento e lágrima, sentou pra descansar como se fosse sábado comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe, bebeu e soluçou como se fosse um naufrago, dançou e gargalhou como se ouvisse música e tropeçou no céu como se fosse um bêbado e flutuou no ar como se fosse um pássaro e se acabou no chão feito um pacote flácido agonizou no meio do passeio público, morreu na contramão atrapalhando o tráfego. “(DINIZ,2014, p.117)

A música relata a morte de um trabalhador que deixa sua esposa e filhos para seguir o dia em um árduo trabalho e ao retornar para casa já não se sustenta e

cambaleia até ir ao chão morto, no meio da rua invisível a população que reclama do trânsito causado pela morte do trabalhador.

3.3 TRABALHADORES: A FORÇA DAQUELES QUE PODEM PARAR UM PAÍS

No início da industrialização no Brasil as empresas eram responsáveis pela classe operária urbana, portanto, as colocavam próximas aos locais de trabalho para que não houvesse desgastes e nem gastos com a circulação dos operários. Com o crescimento da indústria consequentemente aumentou o número de trabalhadores e a procura por habitações populares, isto ocorreu em um momento em que houve a valorização dos terrenos próximos às fábricas, as empresas não tiveram como manter os empregados próximos e se viram obrigados a enviá-los para locais mais distantes para não arcar com todos os custos dos trabalhadores. São passados para os operários os custos com moradia e transporte, diminuíram a renda e a qualidade de vida destes empregados, uma vez que, tinham que se deslocar de um local distante desgastando-os com o deslocamento feito em péssimas condições. (FERREIRA; ORCHARD, 2015)

Na década de 1960 as condições ficaram piores devido ao achatamento salarial, ao aumento da exploração dos trabalhadores e a repressão sofrida pelas organizações da classe trabalhadora. Após o golpe líderes destas organizações foram presos, perseguidos ou exilados. O primeiro governo que surgiu preservou as estruturas sindicais corporativistas, foi por meio delas que foi possível realizar algumas greves, mas logo foram reprimidas e os sindicatos foram fechados. A partir daí, os sindicatos tinham uma função meramente assistencialista qualquer coisa a mais que isto, estaria proibido. (ARQUIVO NACIONAL, 2010)

Na década de 1970, ocorria o “milagre econômico”, milagre este não vislumbrado pela classe operária. O grande aumento da população, a deterioração das condições de vida nas cidades e a repressão teve como consequência o início das lutas voltadas contra a censura, melhores condições de transporte, saúde e saneamento. (FERREIRA; ORCHARD, 2015)

Em meio a tudo isto, Raul Seixas não perde tempo e escreve a música Ouro de Tolo onde criticava o conformismo da sociedade. “Eu que não me sento, no trono de um apartamento com a boca escancarada cheia de dentes Esperando a morte chegar”.

Após anos em silêncio os trabalhadores cansados de tanta exploração ressurgem com um “novo sindicalismo” ao comando de Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo em um movimento grevista. Estes movimentos foram realizados de forma sucessiva onde paralisavam milhares de operários atingindo até mesmo alguns setores do serviço público, em um ato que desrespeitava a proibição de fazer greve. Em resposta o exército enviou um número enorme de militares que foram confrontados por cerca de 120 mil pessoas. (BORGES, 2008)

Após vinte anos, este foi o primeiro movimento em que a sociedade impunha a sua vontade, este evento contou com o apoio dos outros movimentos contrários ao regime Chico Buarque em parceria com Novelli compôs a música Linha de Montagem. (DINIZ, 2014)

“As cabeças levantadas máquinas paradas, dia de pescar. Pois quem toca o trem pra frente também de repente, pode o trem parar...Gente que conhece a prensa, brasa da fornalha, o guincho do esmeril. Gente que carrega a tralha, essa tralha imensa chamada Brasil.” (DINIZ, 2014, p. 131)

De acordo com os versos de Chico e Novelli pode-se ver a atitude dos operários ao se conscientizarem de que eles não operam somente máquinas e sim todo o País e que podem assim de repente para-lo. Como de fato aconteceu com a realização das greves. (DINIZ, 2014)

Com a pressão popular aumentando foi promulgada a lei de Anistia em 1979, assim retornaram vários exilados e foram soltos muitos dos presos políticos. (STAMPA, 2013)

4 DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Arion Sayão Romita, traz em seu livro *Sindicalismo* a discussão sobre a nomenclatura desta divisão do Direito do Trabalho. Direito Sindical, Direito Corporativo, Direito Coletivo, sendo este último mais aceito pela maioria dos doutrinadores, mas para ele não revela o real conteúdo da matéria, portanto acredita que a melhor nomenclatura seria Direito Sindical, pois a entidade de classe está para ele como, como a relação de emprego está para a o direito individual do trabalho.

O direito sindical pode ser então definido como a espécie do Direito do Trabalho, animado por princípios fundamentais comuns, que estuda e regula a associação profissional e sua atuação no campo do trabalho. Os sindicatos surgiram como o aparecimento das primeiras empresas e do trabalho assalariado que formaram movimentos associativos principalmente no âmbito urbano. No Brasil os sindicatos surgem em 1903 com o decreto nº 979 do presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, este decreto dava a possibilidade de que os profissionais da agricultura e indústrias rurais organizassem-se sem sindicatos para a defesa de seus interesses.

4.1 REVOLUÇÃO DE 30

O manifesto da Aliança tratava de questões sociais e era contrário a afirmativa de que o problema social do Brasil seria uma questão de polícia, mas, que estava ciente que este problema existia e propôs examinar de forma cuidadosa todas as convenções até o momento assinada, com o intuito de aplicá-las de acordo com as necessidades do país desta viabiliza a liberdade sindical para o proletariado em geral e afirma que “a proteção aos interesses dos operários deve ser completa”.

No dia 31 de outubro de 1930, após grande campanha, Getúlio Vargas chega ao Rio de Janeiro acompanhado de militares para assumir o Governo provisório, como primeira atitude o então presidente baixou o decreto 19.779/31 com o intuito de regular a sindicalização das classes patronais e operárias, dentre outras providências. Segue a baixo o artigo 1º do decreto 19.779/31 (BRASIL, 1931)

Art. 1º Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da Republica e por intermédio do Ministério do Trabalho, Industria e Comercio, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, todas as

classes patronais e operarias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou conexas, e que se organizarem em sindicatos, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição às seguintes condições.

- a) reunião de, pelo menos, 30 associados de ambos os sexos, maiores de 18 anos;
- b) maioria, na totalidade dos associados, de dois terços, no mínimo, de brasileiros natos ou naturalizados;
- c) exercício dos cargos de administração e de representação, confiado à maioria de brasileiros natos ou naturalizados com 10 anos, no mínimo, de residência no país, só podendo ser admitidos estrangeiros em número nunca superior a um terço e com residência efetiva no Brasil de, pelo menos, 20 anos;
- d) mandato anual em tais cargos, sem direito a reeleição;
- e) gratuidade absoluta dos serviços de administração, não podendo os diretores, como os representantes dos sindicatos, das federações e das confederações, acumular os seus cargos com os que forem remunerados por qualquer associação de classe;
- f) abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações. (Decreto 19.770/31 art 1º)

Em 1934 a promulgação da constituição traz uma novidade, um Título IV, que fazia referência a ordem econômica social, e trazia preceitos básicos da futura legislação trabalhista, como a proibição da diferença de salário, para pessoas realizando um mesmo serviço e apresentava o princípio da pluralidade.

4.2 ESTADO NOVO

O Presidente Getúlio Vargas dissolve o Congresso Nacional no dia 10 de novembro de 1937 dando fim ao regime democrático e aprova a carta constitucional que lhe concede poderes ditatoriais. Inicia-se assim o período que ficou conhecido como Estado Novo. No preambulo da Carta de 1937 continha a justificativa do Golpe, alegando “a necessidade de impedir a crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes e da estremeção dos conflitos ideológicos” o plano da organização sindical foi inspirada na Carta Del Lavoro. (PAZZIANOTTO, 2007)

Como comprovação do regime autoritário, o artigo 139 da Carta de 1937 declara que: “A greve e o lock-out são declarados recursos antissociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção.” (PAZZIANOTTO, 2007)

O artigo 13 da Constituição dava ao presidente o direito de expedir decretos-leis no recesso do Parlamento ou de dissolução da câmara dos deputados. Amparado pela Constituição, Vargas elaborou decretos-leis que reestruturou as organizações sindicais e organizou a justiça do trabalho. (PAZZIANOTTO, 2007)

4.3 CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Decretada no auge do Estado Novo a CLT ⁹ difere do Código Civil, devido ao autoritarismo não houve debate sobre a sua implantação, pois devido aos limites impostos pelo regime ditatorial da época o presidente apenas pediu sugestões às associações patronais. O relatório realizado da Comissão Elaboradora de Anteprojeto teceu inúmeros elogios ao então presidente como podemos verificar a baixo. (PAZZIANOTTO, 2007)

“Uma gloria rara cabe, toda via, ao presidente Vargas: nenhum dos grandes codificadores participou do prévio processo de disseminação das leis, pois viveram apenas o período da maturidade jurídica: ao contrário, o lúcido e feliz chefe do Estado criou ele próprio todo o nosso complexo Direito social e agora assiste o triunfo da sua obra consolidada.” (PAZZIANOTTO, 2007p.157)

Azevedo Amaral um Ideólogo do presidente Vargas afirma que: “Os indivíduos atuando isoladamente ou em grupos, têm de subordinar as suas aptidões e os seus interesses ao ritmo imposto pelo bem geral de que o poder público é o assegurador permanente”. (PAZZIANOTTO, 2007)

Os historiadores acreditam de maneira divergente do que sobre o que os políticos pintavam com cenário durante a revolução de 30, na verdade o Brasil era um país extremamente atrasado e pobre cuja população girava em torno de 41 milhões de

9 Consolidação Das Leis Do Trabalho

pessoas e dentre eles 28 milhões viviam na zona rural, sendo os trabalhadores rurais e os trabalhadores domésticos não obtinham seus direitos garantidos pela CLT. (PAZZIANOTTO, 2007)

Ao se criar a CLT o objetivo principal foi disciplinar as relações individuais de emprego, regulamentar a estrutura sindical, dispor sobre contratos e dissídios coletivos e de zelar pelo processo judiciário do trabalho que estava entregue à competência do aparelho judicial de composição paritária. Naquela época foi deixado de lado a realidade daquele momento onde o número maior de trabalhadores se encontravam na área rural, e o maior número de investimento também era para a área rural destinada a monocultura cafeeira, e um pouco era enviado para indústria que só viria a se desenvolver na década de 50. (PAZZIANOTTO, 2007)

Em julho de 1943 com a queda de Mussolini, veio a baixo o edifício sindical corporativo-fascista, reconstruindo-se o sindicalismo livre, que se baseava na autonomia de organização, em 1944. Quando Roma já estava liberta foi assinado um pacto de unidade que criava uma nova central – sindical CGIL. Nem mesmo o colapso do nazi-fascismo, após a morte de Mussolini e Adolf Hitler, e a queda de Vargas seguida pela redemocratização, transformaram o Título V da CLT que trata da organização sindical. (PAZZIANOTTO, 2007)

No governo do Presidente Dutra ressurgiu o partido comunista com registro concedido em caráter provisório pelo Tribunal Superior Eleitoral, as características democráticas deste governo não durou muito, antes da promulgação da constituição de 1946, que traria no seu artigo 158 o reconhecimento do direito de greve, o presidente Dutra baixou um decreto que disserta sobre suspensão, sobre o abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Os aspectos autoritários observados na legislação foi acompanhada por medidas repressivas aplicadas através do Ministério do Trabalho, ocorreu a suspensão das eleições e as intervenções nos sindicatos, assim como o fechamento do MUT¹⁰ que levou a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil , tal confederação foi fechada no ano seguinte . (PAZZIANOTTO, 2007)

10 Movimento de Unificação dos Trabalhadores

Durante o governo de Dutra, marcado pela sua forma autoritária de governar, a falta de interesse em questões voltadas a classe trabalhadora, seguido da falta de reajuste salarial desde o fim do Governo Vargas, fez com que ele não tivesse o apoio da população o que veio a contribuir para o retorno de Getúlio Vargas ao governo. (PAZZIANOTTO, 2007)

4.4 DÉCADA DE 50

Em 1951 no último governo de Getúlio Vargas os sindicatos voltaram a tomar grandes proporções após a segunda Guerra Mundial. Devido aos acordos realizados entre o Brasil e os Estados Unidos correu um aumento da indústria de base nacional, a classe trabalhadora praticamente dobra o seu número de contingente chegando a cerca de 1.500.000 trabalhadores. O então ministro do trabalho Danton Coelho foi afastado por ser acusado de fomentar discursões comunistas de esquerda dentro dos sindicatos, em consequência disto, é indicado José Segada Vianna que em um período bastante delicado foi marcado pela repressão aos sindicatos. O então Ministro pediu demissão quando estava para ocorrer a Greve dos Marítimos, que teve grande repercussão da mídia, este tinha encontrado como solução convocar os marítimos em serviço do Estado e com isto tornar a greve ilegal. Getúlio ouviu e acatou o conselho João Goulart que tinha como opinião a ideia de que este decreto, iria abalar ainda mais a sua imagem acredita-se que o próprio João Goulart articulou a greve para que Segada fosse retirado do posto. (PAZZIANOTTO, 2007)

O ano de 1953 marca o início do segundo período do governo de Getúlio ¹e ele inicia com a indicação de João Goulart para o ministério do trabalho para melhorar a comunicação com os trabalhadores. Para José Gomes Talarico (Político do quadro do PTB) “Jango foi uma solução político-partidária encontrada por Vargas, tendo em vista que aquele já tinha uma aproximação antiga com trabalhadores e sindicatos e também era o presidente nacional do PTB”. Contudo o Problema da greve dos Marítimos ainda não tinha sido resolvido eles buscavam melhores condições de trabalho, melhorias da alimentação a bordo, aumento de salários e outros pontos que seriam discutidos. Jango faz um acordo com os marítimos afirmando que irá solucionar seus problemas, mas, ao

realizar um pedido de crédito, ao ministro da fazenda teve seu pedido negado, o ministro respondeu afirmando que não poderia acatar o pedido pois acarretaria em uma “anarquia do tesouro”, tendo seu pedido negado Jango não pode solucionar os problemas dos marítimos. (PAZZIANOTTO, 2007)

A luta contra a fome e a inflação causou o aumento no número das greves, que chegaram a 800 greves em São Paulo e não foram apenas reivindicações de cunho econômico aos trabalhadores também lutavam pela liberdade sindical contra as forças imperialistas e em defesa das riquezas nacionais. A classe operária junto com os trabalhadores das fábricas ganharam tamanha força que se tornaram os sindicatos operários de maior influência como força política nas lutas e movimentos políticos.

Em outubro de 1953 houve a criação da Petrobras. Em abril de 1954 a criação da Eletrobrás e em maio do mesmo ano o aumento salarial em 100 %, A professora e pesquisadora Maria Celina explica que:

“No fundo, não existiram muitas diferenças entre o Vargas dos períodos revolucionário e ditatorial e aquele que governou durante o período democrático. “Quando foi eleito presidente, Vargas sabia que teria de governar com Congresso, partidos, manifestações do povo e com a imprensa livre, e ele não se deu bem nessa relação. A imprensa o hostilizou o tempo todo, e ele tinha uma péssima relação com os partidos. Vargas era um político que governava com os amigos, não com os partidos. Vargas deixava em segundo plano as questões partidárias e institucionais. Ele também não teve fôlego para lidar com as instituições democráticas, fosse com a imprensa livre, fosse com militares à solta conspirando. As crises se resolvem de maneira diferente quando o governo é um governo de exceção, autoritário, ditatorial. Com a democracia, ele acaba realmente tendo muitos problemas.”(PAZZIANOTTO, 2007.p 163)

Eram grandes as campanhas contra o governo de Getúlio, ele começou a ser acusado de corrupção e incompetência e exigiam a sua renúncia. Com a situação fora de controle, Vargas planejou matar seu maior inimigo um jornalista em um ato que ficou conhecido como “atentado da rua Toneleros”. Após o atentado Getúlio se viu preso a duas opções: renunciar ou ser deposto. Os inimigos de Getúlio estavam em festa, pois qualquer das opções escolhidas eles seriam beneficiados, só que eles não contavam

com uma terceira opção encontrada por Vargas, o então presidente decide se matar e escreve uma carta- testamento que foi distribuída por todo o Brasil por meio de aviões.

“Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.” (PAZZIANOTTO, 2007, p.164)

Diferente do que ocorreu quando foi deposto anteriormente, o nome de Vargas estava desgastado, mas, com a sua morte a situação mudou, o Suicídio de Vargas foi considerado por alguns pesquisadores como um grande ato político.² Em 1956 inicia o governo de Juscelino Kubitschek. Enquanto o governo de Getúlio tinha o foco voltado para a legislação trabalhista o Governo de Juscelino teve o foco voltado para o aumento do mercado de trabalho. Getúlio criou leis trabalhistas para um país com poucas indústrias e poucos operários. O atual presidente proporcionou o maior número de empregos que o País precisava, trouxe para o Brasil a moderna indústria automobilística que desencadeou a criação da indústria de auto peças. Com a construção de Brasília foi preciso o aumento da mão de obra operária para expandir as estradas rodoviárias federais e hidrelétricas, todas essas obras multiplicaram o número de empregos. Porém ao que se refere a questões sindicais não ocorreram mudanças, a CLT dava ao Ministro do Trabalho ilimitado poder para intervir nas entidades sindicais de acordo com o art. 528 da CLT. O ambiente democrático favorecia a atuação dos dirigentes sindicais com várias reivindicações, uma delas, com base na inflação que passou de 7% em 1957, para 40% em 1959. (PAZZIANOTTO, 2007)

4.5 DECADA DE 60

Inicia-se o governo de Jânio Quadros, o presidente que iria “varrer” todos os corruptos, o que não chegou a acontecer pois, no dia 25 de agosto de 1960, Jânio renuncia à presidência e João Goulart assume o seu lugar. João Goulart deu ênfase às reformas que denominou “de base”: reformas agrária, bancária, administrativas, fiscal,

eleitoral e urbana. Simultaneamente Goulart manobrava com o objetivo de ver restabelecido o regime presidencialista e, neste sentido, dificultava a atuação do governo de gabinete. (PAZZIANOTTO, 2007)

No plano sindical, Goulart tratou de solidificar as ligações com as organizações de esquerda. Com esse objetivo, em dezembro de 1961 interferiu diretamente nas eleições da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria para apoiar a chapa oposicionista contra os situacionistas. A vitória da oposição teve como significado. “O triunfo da aliança entre os elementos mais radicais do PTB e os comunistas, que passaram então a exercer forte influencia na CNTI¹¹”.

“Após tomarem posse realizaram greve geral em São Paulo e no Rio de Janeiro , com o objetivo de tornar compulsório o pagamento de abono de Natal, que algumas poucas empresas concediam aos seus empregados , no mês de dezembro, em razão de bons resultados conseguidos durante ao ano . A greve foi reprimida pelos governadores Carvalho Pinto e Carlos Lacerda, mas trouxe como resultado a aprovação da Lei nº 4.090/62 , que “institui a Gratificação de Natal para todos os trabalhadores” paga no mês de dezembro de cada ano , independente da remuneração a que fizer jus”. (PAZZIANOTTO, 2007p.164)

Em 1962 O CGT ¹²foi criado no IV Encontro Sindical Nacional, a FNJ ¹³filiou-se ao CGT e logo após sua criação a Contag¹⁴ também vincula-se ao Comando. A única das Confederações Nacionais então existentes que não se filiou ao CGT foi a CNTC ¹⁵. O CGT atuou como órgão dirigente do Movimento Sindical Brasileiro, mas não era reconhecida pelo governo e funcionava na ilegalidade. No ano seguinte, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural, sendo também reconhecida a Contag. Em um processo de organização e mobilização dos trabalhadores rurais o CGT através do programa de "reformas de base"- agrária, bancária, urbana, judiciária, eleitoral, tributária e

11 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

12 Comando Geral dos Trabalhadores

13 Federação Nacional dos Jornalistas

14 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

15 Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio

universitária - procurou unificar as reivindicações dos trabalhadores urbanos com os homens do campo. (CATANI, 1983)

O Ano de 1963 foi marcado por uma crise típica de países capitalistas subdesenvolvidos. Como uma forma de solucionar esta crise foi formulado o Plano Trienal:

“Elaborado por Celso Furtado e San Tiago Dantas. O CGT lança um manifesto contra o plano em 1963, pois que mantinha intocados os lucros dos capitalistas enquanto pedia a classe trabalhadora que submetesse a um sacrifício ainda maior e deixasse de pressionar pelo aumento de salários. O fracasso do plano e seu caráter antipopular evidenciaram-se em pouco tempo. O país não cresceu e a crise aumentou.” (GREGÓRIO, 2016)

Em outubro, a CNTI representante de 17 grupos profissionais, formulou um requerimento de convocação da FIESP¹⁶ ao Delegado regional do trabalho para concretização de acordo Coletivo. No entanto a FIESP se negou a negociar em bloco, e remeteu a requerente para entendimentos separados com as diversas categorias econômicas. Na primeira reunião ocorrida em , 21 de outubro , para a conciliação, os empregadores se utilizaram da lei como defesa enquanto os representantes das classes trabalhadores utilizaram como argumento “ a observância dos preceitos legais não deve impedir que seja firmado o acordo em que são beneficiárias todas as categorias profissionais interessadas e que a representação da CNTI é legítima pois que comparece ela aqui como mandatária dos sindicatos e Federações que a ela outorgaram mandato sem que com isso hajam abdicado de seus direitos”. (PAZZIANOTTO, 2007)

Cinco dias depois o Assistente Jurídico do DRT emitiu seu parecer favorável às pretensões da CNTI, como base ele se utilizou do Decreto-Lei nº 9.070/46 e do livro do Professor Carvalho Santos neste momento já se encontravam em greve cerca de 300 mil trabalhadores, o Delegado Regional do Trabalho remeteu o processo ao TRT ¹⁷de São Paulo, para instauração do dissídio coletivo, mas não obteve êxito, e o número de

16 Federação das indústrias do Estado de São Paulo

17 Tribunal Regional do Trabalho

trabalhadores em greve passou para 700 mil. No dia 29 de outubro foi comunicada ao Ministério do Trabalho a paralização geral, os trabalhadores se recusaram a participar de negociações que não atendessem os requisitos de cada categoria. No dia seguinte é realizada uma audiência onde o representante do Ministério Público entende que em razão dos Problemas Sociais e inflação provocados pela greve entende ser legítimo o julgamento dos dissídios de categorias distintas. “Opina pois, esta procuradoria Regional, pelo regular processamento do dissídio ora exame, prejudicado os demais, suscitados pelos empregados ou empregadores, Sindicatos ou federações já neles abrangidos,” (PAZZIANOTTO, 2007)

No dia 31 ocorreu o julgamento e por maioria dos votos o Tribunal Julgou a CNTI indeferindo o pedido figurar a ação como parte legítima e pediu o desmembramento do Processo pelo número de entidade profissionais a greve dos 700 mil teve como consequência o afastamento dos empresários com o governo.

O golpe militar de 1964 significou a mais intensa e profunda repressão política que a classe trabalhadora enfrentou na história do país. As ocupações militares e as intervenções atingiram cerca de 2 mil entidades sindicais em todo o país. Suas direções foram cassadas, presas e exiladas. (SINTRAFESC, 2016)

Nesta época o Governo estabelece regras estritas para a ocupação do espaço sindical, restringe-se o uso e o acesso aos recursos dos institutos de previdência, proibição do que seriam greves políticas e de solidariedade. (VILELA, 2013)

O ano de 1966, foi marcado por vários decretos-leis e Leis de caráter autoritário, que tinha como foco solucionar a crise pela qual o país passava em decorrência da inflação, por meio de um arrocho salarial. A lei que teve maior relevância foi a nº 5.107/66, que cria o FGTS e acaba com a estabilidade após dez anos de serviço em uma mesma empresa, o FGTS, foi criado devido as grandes dificuldades causadas pelas desarmonias nas relações empresariais, os empecilhos nas relações de compra e venda de empresas e os movimentos de fusões e, decorrentes da existência de passivos trabalhistas, neste mesmo ano foi regulamentado o exercício de greve. (VILELA, 2013)

Em 1967 o Decreto Lei nº 229 altera todo o título VI da CLT, que tratava sobre os contratos coletivos de trabalho este decreto, estabelece diferenças entre, convenções e

acordos coletivos, torna obrigatória as negociações diretas e condiciona o ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica ao esgotamento do processo negocial. (PAZZIANOTTO, 2007)

Neste mesmo ano surgiram duas forças que deu início aos movimentos contrários ao golpe, a Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco, que retirou o interventor, vencendo as eleições, tendo como base a força da Comissão de Fábrica da Cobrasma; e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, que neste momento por se encontrar desprepara, foi derrotada. Estes dois núcleos de Oposição Sindical desequilibra a hegemonia dos interventores e demais pelegos ¹⁸instalados nas cúpulas sindicais. Outros núcleos oposicionistas se desenvolveram em cidades da Grande São Paulo, reforçando a luta de Osasco no combate ao arrocho salarial. (WALDEMAR ROSSI, 2012)

Já o ano de 1968 foi marcado pelo, influência dos movimentos que aconteciam na França neste período, dando impulso a aos movimentos operários, a luta pela redemocratização se intensificou, Essa primeira fase da ditadura atingiu em cheio os sindicalistas que se sentiram desprotegidos por seus órgãos dirigentes, enquanto os pelegos agiam em conciliação com o patronato em prejuízo dos trabalhadores. Porém, em Maio em meio as comemorações do dia do Trabalhador, em São Paulo, a Praça da Sé estava lotada de trabalhadores assistindo as programações, quando, o governador, Abreu Sodré, recebeu um convite para participar, revoltados com a presença do governador, vaiaram, jogaram objetos no palco e por fim derrubaram e tocaram fogo no palco, saindo pós isto em passeata com gritos de slogans contra a ditadura e o arrocho salarial. Em Junho e julho ocorreram varias greves que tiveram como resposta a cassação de toda a diretoria dos sindicatos participantes. Logo após foi editado o famoso AI 5, já citado anteriormente, que suspendeu todos os direitos políticos e civis, o que fez com que fosse abafado (mas não acabado) os movimentos sindicais com isto o ano de 1969 foi marcado por grande tensão, devidos as consequências do AI 5. (WALDEMAR ROSSI, 2012)

18 Dirigente sindical controlado pelo governo

4.6 DÉCADA DE 70

Na década de 70 os movimentos sindicais quase não existem, funcionando como uma repartição vinculada ao Estado, Não exerciam função política, não reivindicavam nem lutavam mais pelas suas ideologias. Os serviços dos sindicatos estavam limitados a prestação de serviços assistenciais, médicos e jurídicos e assim permaneceu até o final da década de 70 (HELDER MOLINA, 2016)

Em 1978 quando os trabalhadores da Scania, uma montadora de veículos em São Bernardo do Campo, ABC Paulista, realizam uma greve por reajuste salarial. O movimento desafiou a então Lei de Greve, imposta pelo regime militar. Esta greve fez com que o regime respondesse de forma rígida a afronta causada pelos metalúrgicos. Após esta greve muita ocorreu inúmeras mudanças no país. (BOITO, 2016)

Em 1978 ocorreu a campanha salarial que ficou conhecida como a Campanha da Denúncia do Dissídio Coletivo era de costume que o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema encaminhassem a campanha, separada da campanha da Federação do Metalúrgicos, só que neste ano ocorreu uma novidade, não foi incluída o índice de reajuste salarial na Pauta, a não- inclusão destes valores foi a forma encontrada pelos sindicatos para mostrar, que não existia motivo de reivindicar valores salariais uma vez que, estes valores seriam decididos pelo Governo, e que era preciso uma negociação direta entre patrões e trabalhadores para que essa situação fosse mudada. Apesar da polemica causada não houve mudança e o índice de reajuste foi fixado pelo governo. Mas mesmo não obtendo o resultado desejado esta campanha foi um marco para o processo de mudança do sindicalismo. A partir daí os trabalhadores compreenderam estavam em suas mãos a possibilidade de mudança das condições do trabalho, esta mudança deu início ao “Novo Sindicalismo”. (ROSANA MIZIARA, 2016)

4.7 DÉCADA DE 80

Em 1981, Os trabalhadores reassumem os sindicatos, e ocorre a Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, neste evento compareceram mais de 5 mil delegados sindicais e de base, representantes dos assalariados urbanos e rurais,

devido a este numero elevados de participantes, ele foi considerado um evento de suma importância para o país, pois foi o primeiro encontro nacional, desde o golpe e foi neste encontro que se iniciou o processo de criação da CUT. (HELDER MOLINA, 2016)

Este encontro também acentuou a separação entre os que participavam no chamado Novo Sindicalismo e os aliados ao Peleguismo. Com a chegada de novas tecnologias nas fabricas em 1982 o índice de desemprego aumentou de forma significativa.

Em 1983 O inicio do governo do General Figueiredo é marcado pelo abuso dos decretos-lei e as medidas recessivas impostas pelo FMI a economia do pais neste ano a fundação da CUT. O governo brasileiro não reconhecia que os sindicatos deveriam gozar de autonomia (PAZZIANOTO, 2007)

Os metalúrgicos do ABC, iniciaram o que ele chamaram de Operação Tartaruga, dentro das fabricas em 1984, esta operação teve como objetivo obrigar os patrões a negociarem os reajustes salarias. Em 1985 é criada uma nova central sindical, a USI ¹⁹, que teve uma criação diferente da CUT e da CGT, ambas já existentes , foi um ano marcado por muitas greves , os trabalhadores reivindicam , uma melhor qualidade de vida, redução da jornada de trabalho , sem afetar o salario. (HELDER MOLINA, 2016)

Assim como cantaram os Titãs em 1987 na música Comida,” A gente não quer só dinheiro, a gente quer dinheiro e felicidade, a gente não quer só dinheiro a gente quer inteiro e não pela metade...” · Este ano também foi marcado pelo fim da ditadura e a posse do primeiro presidente civil desde o Golpe. (DINIZ,2014)

1986 é o ano em que o governo cria o Plano Cruzado, que reajusta o salario pela media dos últimos seis meses e congela o preço dos produtos a data da sua divulgação, o governo utiliza isto para ganhar a campanha eleitoral e logo após eleições, ocorrem os reajustes no Plano e lança o Cruzado II. Os Pecuaristas boicotam o mercado e escodem a carne, o que faz com que a carne suma do mercado, e quando retorna ai mercado aparece com a cobrança de ágio²⁰. O ano de 1987 começa com

19 União Sindical Independente

20 Ágio é o termo utilizado para nomear o valor a mais que é cobrado sobre determinada mercadoria ou operação financeira, também conhecido por juro ou lucro, dependendo da situação em que for empregado.

novos ajustes e arrocho salarial, devido a isto os trabalhadores organizam novas manifestações contra estas medidas econômicas, e fazem pressão para que a população participe da Assembleia Nacional Constituinte. Em 1988 os sindicatos iniciam a campanha para eleições diretas e reconhecem avanço na nova Constituição. Este ano também é marcado pela morte de vários trabalhadores rurais em conflitos por terras. A década de 80 termina com o país em greve, foram em torno de 2,5 milhões de trabalhadores que paralisaram suas atividades em 1989. (HELDER MOLINA, 2016)

4.8 DÉCADA DE 90

A década de 90 inicia-se com uma série de ajustes estruturais, devido a política de abertura comercial, e a necessidade de competição as empresas aceleram o processo de reestruturação da produção, as novas tecnologias e a nova forma de organização do trabalho, junto com a ideia de flexibilização, fazem com que aumente a crise no mercado de trabalho. Em 1992 é elaborado um projeto que propõe um aumento do prazo de contratação dos trabalhadores temporários, de 90 dias para seis meses, o que facilitaria a contratação destes trabalhadores por meio das empresas locadoras de mão –de –obra. (MARTINS; RODRIGUES, 2011)

Giovanni Alves, cita em seu artigo, dois doutrinadores, Antunes e Leôncio Martins Rodrigues, que relatam suas opiniões sobre o avanço tecnológico e a flexibilização. Em 1993, o doutrinador Antunes questiona como é possível um avanço tecnológico sem retroceder as condições dos trabalhadores: “Como é possível pensar numa ação que não impeça o avanço tecnológico mas o faça em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvida em nosso país? Como é possível um caminho que recupere valores socialistas originais, verdadeiramente emancipadores? Que não aceite uma globalização e uma integração imposta pela lógica do capital, integradora para fora e desintegradora para dentro? Como é possível, hoje, articular valores inspirados num projeto que olha para uma sociedade para além do capital, mas que tem que dar respostas imediatas para a barbárie que assola o cotidiano do ser que vive do trabalho?”. Em contrapartida, Rodrigues afirma que os sindicalistas devem se

adaptar a este novo cenário: “as lideranças sindicais brasileiras deverão, se estivermos certos, preparar-se para atuar num cenário novo e instável que lhes coloca muitos desafios numa conjuntura econômica particularmente difícil”. Finalmente, conclui: “a mesma flexibilidade que se impõe aos empresários ante os requisitos trazidos pelas novas tecnologias e mudanças gerais do mercado impõe-se às lideranças sindicais” (ALVES, 2015)

1995 é um ano de desenvolvimento, principalmente na indústria, neste ano o número de greves diminui, de 800 greves em 1990 para 200 neste ano, ocorre uma mudança na política salarial das empresas, que faz com que o tema salario seja retirando das reivindicações sindicais, entra no lugar dele a PLR ²¹, segurança do trabalho, alimentação subsidiaria, seguro saúde, dentre outros. Em 1996 foi verificado o aumento das atividades sindicais no meio dos serviços públicos o numero de sindicatos, é de 5.034 criados desde 1990, dentre eles 25% somente do serviço publico, considerada a categoria que mais criou sindicatos neste período. Este ano, também foi marcado pela grande dificuldade de negociações coletivas, devido ao período de contenção de despesas. (SILVA, 2005)

Enquanto na zona urbana, os sindicalistas não realizam muitos movimentos, na zona rural a historia é diferente, eles conseguem o apoio da população, e aumentam o numero de ocupações de terras e de edifícios o que gerou grandes conflitos, em 1995 e 1996 ocorreram 2 massacres de trabalhadores rurais e para relembrar estas datas o MST organizou uma marcha em 1997, que saiu de vários locais do país ate chegar em Brasília, este ato reuniu cerca de 3º mil trabalhadores rurais sem-terra. Neste mesmo ano ocorre o V Congresso da CGT, que discutiu a redução da jornada de trabalho como alternativa de abertura de vagas, outros assuntos discutidos foram a reforma da presidência, o trabalho infantil, o mercado informal, além de uma reforma no Estatuto da entidade que cria a figura de um Vice-Presidente Regional. Em agosto ocorre o III Congresso da Força Sindical, quer aprova a redução da jornada de trabalho e salarial. (ROSANA MIZIARA, 2016)

21 Participação de Lucros e Resultados

Em 1998 A CUT organizou um protesto contra a reforma da previdência do governo, segundo a CUT a proposta do governo, excluía os direitos dos trabalhadores e inviabilizava a Previdência Pública no Brasil. Em 1999 ocorreu a marcha dos 100 mil em Brasília onde reuniram sindicatos de varias categorias para protestar contra o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Para encerrar a década de 90, em novembro ocorre ao III Congresso dos Metalúrgicos do ABC, as deliberações mais importantes foram: consolidar a organização no local de trabalho através dos Comitês Sindicais de Empresa, aumentar o número de comitês existentes, aprofundar e qualificar a sua atuação. Outra deliberação propõe incentivar as cooperativas como forma de produção solidária e pensar em formas alternativas de complementação da renda através dos fundos de pensão. Por último, a luta por uma aposentadoria pública, houve também uma discursão sobre a criação de um fundo de pensão. (ROSANA MIZIARA, 2016)

5 CONTRIBUIÇÃO COMO MOVIMENTO ARTISTICO DEMOCRATICO

Durante todo este trabalho foi mostrado todo o contexto histórico de uma luta pela liberdade que uniu pessoas de realidades, culturas e religiões completamente diferentes. Para John Rawls, a cultura Política de uma sociedade é marcada pela diversidade de doutrinas religiosas, filosóficas e morais conflitantes e irreconciliáveis. (RAWLS,2011)

Ele questiona como seria possível diante destas diversidades existir uma sociedade justa e estável de cidadãos livre e iguais. Para o autor, as lutas mais difíceis são travadas em nome das coisas mais elevadas como por exemplo a luta pela liberdade e pela democracia do país que foi retratada anteriormente ao longo deste trabalho. Estas lutas mais difíceis pressupõem o liberalismo político, o autor afirma que quando um é problema simples, o liberalismo político trás soluções complexas como solução para estes problemas, ele afirma que não existe um modo igualitário de cooperação, entre a sociedade para solucionar problemas, devido as divergências dos valores da liberdade e da igualdade nos direitos e liberdades básicos dos cidadão. Então ele trás como solução para este problema um conceito de Justiça Liberal, onde se visa a importância de conciliar a liberdade e a igualdade, trás também a importância

da justiça como equidade, que possui uma ideia organizadora onde a sociedade é concebida como um sistema equitativo de cooperação social entre pessoas livres e iguais vistas como membros plenamente cooperativos da sociedade ao longo de toda vida. O objetivo desta justiça é uma concepção que pode ser compartilhada pelos cidadãos como a base de um acordo político racional, bem-informado e voluntário. Expressa a razão compartilhada e pública de uma sociedade. (RAWLS,2011)

Para Rawls, a sociedade pode ser vista como um sistema equitativo de cooperação, neste presente trabalho vem que com o início da ditadura, os estudantes trabalhadores e músicos dentre outros tiveram seus direitos tolhidos de forma bruta, foram perseguidos, calados, torturados e exilados , para se livrarem de tamanha perseguição, utilizaram exatamente esta ideia de cooperação , quando por exemplo ocorreu o II Seminário Nacional da Reforma Universitária onde as organizações estudantis tinham como objetivo a criação de uma aliança entre os trabalhadores urbanos e rurais , intelectuais progressistas , militares democratas e outros setores nacionais para fortalecer as suas reivindicações. (RAWLS,2011)

O autor já citado anteriormente destaca três elementos deste sistema equitativo de cooperação, o primeiro deles, a cooperação guiada por regras e procedimentos publicamente reconhecidos, aceitos pelos indivíduos que cooperam e por eles considerados reguladores adequados de sua conduta. O segundo, são os termos equitativos que são os termos que cada participante pode razoavelmente aceitar e por fim uma ideia de vantagem racional ou do bem de cada participante. Ele afirma também que uma sociedade deve ser bem ordenada, isto significa que se trata de uma sociedade onde cada indivíduo aceita e sabe que todos os demais aceitam, precisamente os mesmos princípios de justiça, todos devem reconhecer, ou acreditar, que sua estrutura básica estavam de acordo com os princípios antes mencionados, os cidadãos devem ter um senso efetivo de justiça. (RAWLS,2011)

Uma sociedade democrática caracteriza-se pelo pluralismo razoável, portanto uma concepção de justiça deve ser cuidadosa com o conceito de liberdade e igualdade. Rawls tenta explicar o que é uma sociedade justa, ele acredita que uma sociedade justa deve trabalhar estes dois princípios. e cita alguns pressupostos; A escassez moderada dos recursos, os recursos são menores que a demanda, os nossos desejos são

infinitos, por tanto devemos pensar em uma justa repartição de bens, com cuidado pois os bens não são inacabáveis. O pluralismo é um outro pressuposto, fala da existência de desacordo sobre o conceito de bem, pois em uma sociedade existem varias ideias do bem. Antigamente existia uma ideia definida de Bem Supremo e por ser supremo possui uma subjetividade. Hoje em dia não se compartilha a ideia de compartilhar um conceito único do bem, pois vivemos em uma sociedade com diferentes ideologias, o que torna impossível a ideia de uma única ideia do bem .(RAWLS,2011)

Para Rawls, os cidadãos possuem dois sentidos de justiça, o primeiro é a capacidade de ter senso de justiça ²²e a segunda é a capacidade de ter uma concepção de bem²³. Uma sociedade bem-ordenada, pressupõe que a sua concepção de politica seja publica, ao selecionar os princípios de justiça , as partes devem, por exemplo, levar em conta as consequências destes princípios serem mutualmente reconhecidos e de que maneira isso afeta as concepções que os cidadão tem de si mesmos e da motivação para agir de acordo com tais princípios, com isto, ele conclui que, nem tudo é construído e de que é preciso dispor de um material com o qual começar, somente os princípios substantivos que especificam o conteúdo da justiça e do direito políticos são construídos. (RAWLS,2011)

O exercício do poder politico deve ocorrer somente quando se estiver de acordo com uma constituição, cujos elementos essenciais se pode razoavelmente esperar que todos os cidadãos (livres e iguais) defendam princípios e ideais aceitáveis para sua razão humana comum. Os valores políticos são de fundamental importância eles governam a estrutura básica da vida social. A instauração do regime militar feriu completamente o exercício do poder politico, uma vez que, com a atos institucionais foi estabelecido para os militares diversos poderes extra constitucionais com objetivo impedir qualquer forma de movimento da oposição. Para que o liberalismo politico ocorra é necessário que os cidadãos estabeleçam a forma pelo qual os valores do domínio político se relacionam com outros valores de sua doutrina abrangente, a

²⁵ Possibilita o entendimento, a aplicação e o agir de acordo com os princípios razoáveis de justiça.

²³ Uma ideia dos fins e aspirações que merecem nossa dedicação , junto a uma ordenação destes

pluralidade de doutrinas abrangentes desarrazoadas diminui o conflito entre os valores políticos e os outros valores. (RAWLS,2011)

A ideia da prioridade do justo é um elemento essencial do liberalismo político por possuir um papel central na justiça como equidade, na condição de uma das manifestações dessa visão. Algumas pessoas entendem que essa ideia de prioridade não pode utilizar nenhuma ideia do bem, este entendimento não é correto uma vez que o direito e o bem são complementares. Na justiça como equidade a prioridade do justo significa que os princípios de justiça política impõem limites às formas de vida admissíveis e, por isso, as reivindicações feitas pelos cidadãos no sentido de procurar realizar fins que transgridam esses limites não tem nenhum peso. Foi com este entendimento de não transgredir estes limites que os sindicatos lutaram juntos com os outros movimentos sociais em busca não só de melhorias trabalhistas, mas da prioridade do que é justo, e visavam a obtenção de um bem maior para toda a sociedade. Este “bem” seria o alvo a ser alcançado por meio da prioridade do justo, os limites traçados pela justiça não pode ser demasiado estreito, a justiça como equidade não pode, ela mesma invocar, o ponto de vista de alguma visão mais ampla para afirmar que traça o limite no certo e que, como consequência, as doutrinas abrangentes que admite são aquelas dignas de serem acatadas. (RAWLS,2011)

6 A CONTRIBUIÇÃO DA REDEMOCRATIZAÇÃO PARA OS SINDICATOS

José Sarney vice-Presidente de Tancredo Neves tomou posse da Presidência da República no dia 15 de março de 1985, no discurso de posse Sarney traça de forma geral os seus desejos para a administração. Ele afirmou que confiava na alteração da legislação sindical, para que o Brasil, ratificasse a Convenção nº 87 da OIT e que não iria intervir administrativamente na atividade sindical. A CUT e o PT já haviam declarado guerra a Tancredo e não acreditavam nas boas intenções de Sarney, em meio a tudo isso, o então secretário da CUT ensinava aos trabalhadores novas táticas de greve, aprendidas ao longo dos movimentos contra a ditadura, onde eles aprenderam que não era preciso uma greve geral dos trabalhadores para paralisar o funcionamento de uma

fabrica, bastavam alguns trabalhadores dos principal setores para que o funcionamento fosse impedido. A CUT alegava que o novo governo poderia manter a política de intervenção em Sindicatos grevistas, com a aplicação da lei nº 4.330/64, do Decreto-Lei nº 1.632/78 da Lei de Segurança Nacional, e da CLT. (PIAZZIANOTTO, 2007)

Ao contrario do que a CUT acreditava, o governo de Sarney, confirmou o que foi dito na posse demonstrou o desejo de estabelecer uma relação harmoniosa com o movimento sindical e neste sentido foram adotadas as seguintes providencias: (PIAZZIANOTTO, 2007)

- a) Reabilitação dos dirigentes sindicais cassados.
- b) Acolheu a proposta do Ministro do trabalho destinada a revogar o Decreto nº91.100, que liberava o trabalho dos comerciários aos domingos, em todo o território nacional.
- c) Revogou a portaria nº 3.337/78 que vedava a formação de alianças ou de organização intersindicais.
- d) Projeto de lei destinado a permitir a sindicalização dos guardas marítimos quanto portuários.
- e) Concedeu aos Sindicatos o direito de redigirem o próprio estatuto.
- f) Concessão do prazo de 60 dias, aos Sindicatos sob intervenção, para realização de eleições.

O maior ato deste Governo com relação aos trabalhadores consistiu no Decreto nº 91.213/85, que concedeu um reajuste de 100% ao valor do salario mínimo. Com a Constituição de 1988, surge no inciso I do artigo 8º o principio da liberdade sindical, este principio fez com que acreditassem que os sindicatos estavam livre de qualquer intervenção do estado o que foi um erro pois o principio da legalidade também previsto na constituição no seu artigo 5º se aplica ao Direito Coletivo do Trabalho. Pode-se dizer que esta liberdade que o principio trata esta relacionada a liberdade de formar sindicatos, uma vez que não seria necessária a prévia autorização do Estado, relaciona-se também com a liberdade de filiação e desligamento de um sindicato e a liberdade de elaborar estatutos, eleger representantes e organizar suas atividades, isto se trata do seu poder de auto-organização e a sua liberdade de atuação o que

caracteriza a sua autonomia com relação ao estado, pois antes da Constituição de 1988 já existia um modelo pronto de estatutos das entidades sindicais onde era apenas preenchido os dados das entidades (HINZ,2012).

A Constituição reconheceu aos servidores públicos civis o direito de organização sindical e o direito de greve, dispôs sobre a competência do Judiciário Trabalhista, a constituição também reconheceu de maneira objetiva o direito de greve, mas determinou que a lei definiria os serviços e essenciais e poderia dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. (PIAZZIANOTTO, 2007)

6.1 REFORMA SINDICAL

A constituição de 1988 modificou as bases da estrutura sindical e eliminou a obrigatoriedade do reconhecimento, e da expedição da carta sindical pelo Ministro do Trabalho, mas instituiu a existência do registro no órgão competente, mas não definiu qual seria o este órgão, o que fez com que esta decisão ficasse a cargo do Supremo Tribunal Federal, já que é considerado o guardião e interprete da Lei Fundamental, o Supremo concluiu que o pedido de registro deveria ser encaminhado ao Ministério do Trabalho, pois somente ele teria condições de velar pelo princípio da unicidade. Apesar de adotar o princípio da unicidade o numero de sindicatos cresceu de forma assustadora chegou a ter o numero de sindicatos do que todo o resto do mundo. (PIAZZIANOTTO, 2007)

A tentativa de arrecadar contribuições compulsórias, aos não associados gerou este aumento do numero de sindicatos e de pessoas sem caráter especializadas na organização de sindicatos e comercialização de registros. O imposto sindical perdeu a importância pois o grande numero de arrecadações estava sendo feitas através das taxas assistenciais e da contribuição confederativa. A não resolução dos problemas com a unicidade e o pagamento das contribuições compulsórias pelos não associados, contaminaram toda a estrutura e fez com que as iniciativas tomadas na área sindical fracassassem ou tomaram menores proporções. As centrais sindicais e o Conselho Nacional do Trabalho passaram a atender aos interesses dos dirigentes sindicais e esqueceram dos reais problemas da classe trabalhadora. (PIAZZIANOTTO, 2007)

7 CONCLUSÃO

De acordo com o que foi visto durante a pesquisa, pode-se concluir que a participação direta dos sindicatos foi de fundamental importância para que ocorresse o fim da ditadura militar e com isto a redemocratização do Brasil. Este processo não aconteceu da noite para o dia, foi fruto de um trabalho incessante dos trabalhadores que mesmo em torno de vários obstáculos não cederam, nem se conformaram com a vida que eles levavam.

Foi visto também que a união entre os movimentos sociais, que lutaram sem deixar que questões de cunho particular viessem a atrapalhar a lutar por um bem maior, fez com que tudo se concretizasse. Pode-se notar que nenhum movimento teria conseguido modificar a situação do país se tivesse trabalhado de forma individual, defendendo cada um os seus próprios ideais.

Da mesma forma foi observado a influencia direta dos músicos no processo de redemocratização. Pois quando a população foi impedida de expor sua frustração com o governo, foi o movimento dos músicos engajados que retirou as mordanças e deu voz a todo o Brasil, este movimento foi de fundamental importância para que fosse propagado todo o inconformismo vivido pela população, este movimento foi tão influente que o governo censurou varias musicas e exilou vários artistas envolvidos nos movimentos para que eles não pudessem influenciar a população por meio de suas musicas

Com isto, pode se perceber como é atual e de fundamental importância para sociedade o estudo sobre este tema, em uma época em que a própria população não acredita no poder que detém sobre o país e tende a escolher a vida em uma escravidão do que lutar por esta liberdade, o livro, O Discurso da Servidão Voluntaria de Etienne de La Boétie relata exatamente isto, como pode ser visto a seguir:

“São, pois, os povos que se deixam oprimir, que tudo fazem para serem esmagados, pois deixariam de ser no dia em que deixassem de servir. É o povo que se escraviza que se decapita, que, podendo escolher entre

ser livre e ser escravo, se decide pela falta de liberdade e prefere o jugo, é ele que aceita o seu mal, que o procura por todos os meios. Se fosse difícil recuperar a liberdade perdida, eu não insistiria mais; haverá coisa que o homem deva desejar com mais ardor do que o retorno à sua condição natural deixar, digamos, a condição de alimária e voltar a ser homem? Mas não é essa ousadia o que eu exijo dele; limito-me a não lhe permitir que ele prefira não sei que segurança a uma vida livre. Que mais é preciso para possuir a liberdade do que simplesmente desejá-la? Se basta um ato de vontade, se basta desejá-la, que nação há que a considere assim tão difícil? Como pode alguém, por falta de querer, perder um bem que deveria ser resgatado a preço de sangue? Um bem que, uma vez perdido, torna, para as pessoas honradas, a vida aborrecida e a morte salutar?” (LA BOÉTIE, 2010,p. 121)

Ao estudar este tema foi visto o quão abrangente e fascinante ele é. Pode-se notar a importância da análise sobre o poder que o povo detém, e de acordo com isto foi visto que tudo o que acontece em nosso país ocorre por meio da aceitação do povo. Muitos não notam ou fingem não notar que a omissão é uma forma de consentir o que acontece em um país e de dizer aos governantes que está tudo muito bem e que a situação não precisa mudar.

Os direitos conquistados pelos trabalhadores durante este período hoje já não são vistos com grande importância, muitos nem sabem a que custo eles foram conquistados, As pessoas se esqueceram de uma época onde não se tinha direito a greve, ou o direito de reivindicação.

A árdua luta desta época foi esquecida assim como as pessoas que foram torturadas, mortas e exiladas. Hoje pode se ver nas mídias sociais algumas pessoas declarando de desejariam a volta dos militares ao poder e fica notória a importância de estudos sobre um tema que caiu no esquecimento da nossa sociedade em tão pouco tempo.

Ao relatar tamanha importância do tema aqui explicitado fica notório que este trabalho não se conclui aqui, diante de toda a sua importância ele apenas abre portas para inúmeros estudos. Assim sendo relato a importância de um estudo sobre a democracia participativa, sobre a influencia do sindicato dos metalúrgicos do ABC Paulista neste processo de redemocratização, sobre as consequências da democracia para os sindicatos dentre muitos outros.

REFERENCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil) (Org.). **Memórias reveladas**. 2010. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/rotas/arquivo_rotas_100121.swf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

BARFKNECHT, Kátia Salete; MERLO, Álvaro Roberto Crespo; NARDI, Henrique Caetano. **Saúde mental e economia solidaria: Análise das Relações de Trabalho em uma Cooperativa de Confeções em Porto Alegre**. 2005. 8 p. Curso (Direito)- Univercidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000200008>. Acesso em: 31 out. 2016.

BOITO, Armando. **Neoliberalismo, Sistema Educacional e Trabalhadores em Educação no Brasil**. Disponível em: <[http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm#Neoliberalismo, sistema educacional e trabalhadores](http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm#Neoliberalismo,sistema%20educacional%20e%20trabalhadores)>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BORGES, Altamiro. ORIGEM E PAPEL DOS SINDICATOS. In: CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM CONCEPÇÃO E PRÁTICA SINDICAL E EM METODOLOGIAS, 2., 2007, Aracaju. **Módulo Regional Nordeste**. Aracaju: Contag, 2008. p. 50 - 53. Disponível em: <www.contag.org.br/.../f720> Caderno de Texto II Módulo Nordeste.do...>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Constituição (1931). **Decreto nº 19770, de 19 de março de 1931**. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. **Decreto Nº 19.770, de 19 de Março de 1931**. Rio de Janeiro, RJ,

BUENO, Newton Paulo. **A crise política do final da era Vargas: uma interpretação sob a ótica da economia política neo-institucionalista**. 2006. 195 p. (ECONOMIA)- USP, São Paulo, 2006. 1. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/PC01/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/1F9BTZ1W/v36n1a08.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2016

CATANI, Afrânio Mendes. **Resenha bibliográfica: O CGT e as lutas sindicais brasileiras**. 1983. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901983000200009>.
Acesso em: 08 jul. 2016.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O AI 5**. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 31 out. 2016.

DEL PRIORE, Mary. **O Livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 397 p. il. ISBN 85-000-0806-7

DELPHINO, Cristine. **Ato Institucional 1**. Disponível em:
<<http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/ato-institucional-1/>>. Acesso em: 30 out. 2016

DELPHINO, Cristine. **Ato Institucional 2**. Disponível em:
<<http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/ato-institucional-2/>>. Acesso em: 30 out. 2016

DINIZ, André; CUNHA, Diogo Machado da. **A República Cantada: Do choro ao funk, a história do Brasil através da música**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 184 p.

FERNANDA SUCUPIRA (Brasil). Instituto Vladimir Herzog (Ed.). **Movimento de resistência: Estudantes**. 2016. Disponível em:
<<http://memoriasdaditadura.org.br/estudantes/>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

FERREIRA, Laura Senna; ORCHARD, Maria Soledad (Org.). **I Seminário Internacional Documentar a Ditadura**. Florianópolis: em Debate, 2015. P. 204

GREGÓRIO, Mariany. **O sindicalismo brasileiro, o golpe de 1964 e alguns desdobramentos**. 2016. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Univesidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/viewFile/21723/19717>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

HELDER MOLINA (Rio de Janeiro). Sintetufu. **História do sindicalismo**. Disponível em: <<http://www.sinetufu.org/historia-do-sindicalismo/>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

HELDER MOLINA (Rio de Janeiro). Sintetufu. **A nova cara do sindicalismo brasileiro**. Disponível em: <<http://www.sinetufu.org/historia-do-sindicalismo/>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

HINZ Henrique Macedo, **Direito coletivo do trabalho**. 3º.ed. 248p. São Paulo: Saraiva, 2012.

LABOÉTIE, Étinne de. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Martin Claret, 2010. 144 p.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961 Que as armas não falem**. São Paulo: Senac, 2001. 410 p. il. ISBN 85-7359-218-4

MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Iram Jácome. **O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90**. Tempo Social, São Paulo, v. 11, n. 2, p.166-167, fev. 2011.

MELLO, Leonel Itausou A. **Brasil 500 Anos**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 384 p. il. ISBN 85-12-00884-9.

PLANALTO. **Atos Institucionais**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

PAULO LUNA (Rio de Janeiro). Instituto Cultural Cravo Albin (Org.). **Jovem guarda**. 2016. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/jovem-guarda>>. Acesso em: 02 maio 2016.

PAZZIANOTTO, Almir. **100 Anos do sindicalismo**. São Paulo: Lex, 2007. 269 p.

REVISTA POP: Música na Ditadura. Bela Vista: Jr Comunicações Ltda.

ROSANA MIZIARA. Abc de Luta (Org.). **Memórias dos metalúrgicos do abc**. 2016. Disponível em: <<http://www.abcdeluta.org.br/creditos.asp>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SILVA, Luís Antônio da Gama et al. **Ato institucional nº 10, de 16 de maio de 1969**.

STAMPA, Inez Terezinha (Rio de Janeiro). Arquivo Nacional. **I Seminário Internacional Documentar a Ditadura**. 2013. Disponível em: <<http://www.an.gov.br/seminario/imagens/Arquivos da Repressão e da Resistência.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (São Paulo) (Org.). **Descomemoração do Golpe**. 2016. Disponível em: <<http://une.org.br/descomemoracaodogolpe/#!/step-22>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

VENTURA, Zuenir. **1968 O ano que não terminou: A Aventura de uma Geração**. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VILELA, Janaína Alcântara. **O papel do direito do trabalho e dos sindicatos na época da ditadura militar**. 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11964>. Acesso em: 25 ago. 2016.

RAWLS, John. **O Liberalismo Político**. São Paulo, Martins Fontes, 2011.

SILVA, Sidney Jard da. **Sindicalismo do setor público nos anos 90: persistência da lógica do conflito**. 2005. 70 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto Paulista de Pós-graduação, São Paulo, 2005. Disponível em: <<file:///C:/Users/PC-01/Downloads/450-1544-1-PB.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2016.

WALDEMAR ROSSI (São Paulo). Intersindical. **1º de maio de 1968, 1ª resistência operária à ditadura**. 2012. Disponível em: <<http://www.intersindical.org.br/2008-out/maio/item/169-1º-de-maio-de-1968-1ª-resistência-operária-à-ditadura>>. Acesso em: 26 ago. 2016.